



DECRETO N° 132, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025.



DECRETO N° 132, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025.

EMENTA: Homologa o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMsan do Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 3.687/2024, que “dispõe sobre o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Petrolina – SISAN Municipal”,

CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMsan constitui instrumento de planejamento intersetorial da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, elaborado pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, com base nas diretrizes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA;

CONSIDERANDO o dever do Poder Executivo Municipal de conferir validade executiva e publicidade às ações previstas no PLAMsan, integrando-o ao arcabouço de políticas e leis municipais, conforme previsto na Lei nº 3.687/2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMsan do Município de Petrolina/PE, elaborado pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN e aprovado pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

Art. 2º O PLAMsan passa a integrar o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN Municipal, compondo o conjunto de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 3º Compete à CAISAN Municipal coordenar a execução, o monitoramento e a avaliação das metas e ações previstas no PLAMsan, em articulação com os órgãos e entidades integrantes do Sistema.

Assinado por 3 pessoas: PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA, SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO e DORIANE SECCHI MASCARELO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.idoc.com.br/verificacao/E50E-668A-431D-D7E9> e informe o código E50E-668A-431D-D7E9





Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de outubro de 2025.

SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO
Prefeito Municipal

PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA
Procurador-Geral do Município

DORIANE SECCHI MASCARELO
Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome

Assinado por 3 pessoas: PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA, SIMÃO AMORIM DURANDO FILHO e DORIANE SECCHI MASCARELO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.tdoc.com.br/verificacao/E50E668A-431D-D7E9>

1D



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: E50E-668A-431D-D7E9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ PEDRO EDUARDO ALENCAR GRANJA (CPF 091.XXX.XXX-32) em 10/10/2025 16:55:36 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SIMAO AMORIM DURANDO FILHO (CPF 747.XXX.XXX-25) em 10/10/2025 17:00:56 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ DORIANE SECCHI MASCARELO (CPF 004.XXX.XXX-03) em 10/10/2025 17:05:42 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/E50E-668A-431D-D7E9>



I PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PETROLINA 2025-2029

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN



PETROLINA – PE

1ª Edição



PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA

Simão Amorim Durando Filho

VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA

Ricardo Lundgren Coelho

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Doriane Secchi Mascarelo

SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Adeilma Rúbia Silva Medeiros

COMITÊ TÉCNICO DE ELABORAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Adeilma Rúbia Silva Medeiros – Secretaria Executiva de Gestão e Segurança Alimentar e Nutricional

Ionara Gonçalves Barboza – Diretora de Segurança Alimentar e Nutricional

SECRETARIA DE SAÚDE

Ingrid Raphaela Souza Silva- Nutricionista

Maiane Santos Araujo- Nutricionista

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Sarah Cristina Veloso Damasceno da Costa- Diretora de Alimentação Escolar

Rubyanne Clesia Sinesio da Silva – Diretora de Alimentação Escolar



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Cecilia Rodrigues de Souza – Secretária Executiva

Ozaneide Gomes dos Santos – Coordenadora Regional



Sumário

APRESENTAÇÃO.....	8
1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Breve histórico da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e no município de Petrolina.....	13
1.1.1 Dados gerais do município	15
1.1.2 Território e Organização Urbana	16
1.1.3 População	16
1.1.4 Estrutura Econômica e Produtiva	16
1.1.5 Educação, Ciência e Tecnologia	16
1.1.6 Saúde e Qualidade de Vida.....	17
1.1.7 Aspectos Sociais e Segurança Alimentar.....	17
1.1.1 Ambiental e Rural	18
1.2.1 Segurança Alimentar e Nutricional Diante das Mudanças Climáticas: Desafios e Soluções Sustentáveis no Âmbito Municipal.....	20
1.2.2 População e suas características.....	20
1.2.3 População e Distribuição Territorial	21
1.2.4 Estrutura Etária e Gênero.....	23
1.2.5 Indicadores Socioeconômicos	23
1.2.6 Educação e Saúde	24
1.2.7 Desafios Sociais	25
1.2.8 Considerações Finais	25
2. Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do município de Petrolina.....	26



2.2.1 Equipamentos, Programas e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional em Petrolina	27
2.2.2 Programas e ações de segurança alimentar e nutricional em Petrolina	27
I – Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	27
II – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	28
III - Restaurante Popular	31
IV - Programa Petrolina Acolhe equipamentos de SAN.....	32
V – Ação Nutrir para Prevenir	33
VI - Inclusão social	35
VII - Bolsa Família	35
VIII - Benefícios Eventuais	36
IX - Busca Ativa e Cadastro Único	37
2.2.3 Equipamentos, programas e ações desenvolvidos pela Secretaria de Educação	40
3. PROGRAMAS E AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	41
3.1.1 Testes de Aceitabilidade	45
3.1.2 Equipamentos, programas e ações desenvolvidos pela Secretaria de Saúde ...	49
3.1.3 Rede de Atenção e Atendimento Especializado.....	50
3.1.4 Programa Bora Petrolina	50
3.1.5 Programa Saúde na Escola (PSE)	50
3.1.6 Educação em Saúde na Atenção Básica	50
3.1.7 Equipes Multiprofissionais e Atenção Humanizada	51
3.1.8 Equipamentos, programas e ações desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Rural	51



4. Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e sociais de segurança alimentar e nutricional	53
4.1 Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e privados de abastecimento	53
4.2 Espaços urbanos que incentivem escolhas alimentares saudáveis.....	55
4.3 Produção de alimentos saudáveis e sustentáveis nas cidades e em seu entorno	55
4.4 Produção de alimentos saudáveis e sustentáveis nas cidades e em seu entorno	56
4.5 Redução das perdas e desperdícios de alimentos.....	57
4.6 Educação alimentar e nutricional, comunicação e informação sobre alimentação adequada e saudáveis	58
4.7 Articulação intersetorial entre as áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional e saúde, entre outras	58
4.8 Apoio à Rede Urbana de Alimentação Saudável	60
5. ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PETROLINA	61
5.1 Metodologia e cronograma de elaboração do PLAMSAN	61
5.2 Diagnóstico Situacional Local	61
5. Diagnóstico de SAN em Petrolina	63
6. Diretrizes da V Conferência Municipal de SAN.....	68
8. DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO I PLAMSAN	75
9. DIRETRIZES, METAS E AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	77
1. DESAFIOS.....	97
2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99



LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAISAN – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional

COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PLAMsan – Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SIMSAN – Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

SAS- Secretaria de Assistência Social e Combate á Fome

SDRU – Secretaria de Desenvolvimento Rural

SESAU – Secretaria de Saúde

SEDUC – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

AMMA- Agência Municipal de Meio Ambiente

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos



PBF – Programa Bolsa Família

BPC – Benefício de Prestação Continuada

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAISAN – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional

COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PLAMsan – Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SIMsan – Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PBF – Programa Bolsa Família

BPC – Benefício de Prestação Continuada



APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Petrolina – PLAMsan Petrolina, em sua primeira edição, representa um marco importante na consolidação de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde, da qualidade de vida e do desenvolvimento social da população do município. Esta iniciativa reafirma o compromisso da gestão municipal com a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

O PLAMsan foi elaborado de forma participativa e intersetorial, considerando as especificidades locais, os desafios enfrentados pela população em situação de vulnerabilidade e a necessidade de ações integradas entre diferentes setores da administração pública. O plano busca orientar estratégias, metas e ações concretas que promovam o acesso universal, regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Por meio deste plano, a Prefeitura de Petrolina reafirma sua responsabilidade na construção de uma política de segurança alimentar e nutricional que seja sustentável, inclusiva e voltada para a equidade, contribuindo de forma efetiva para o combate à fome, à desnutrição e às diversas formas de má alimentação, promovendo uma cidade mais justa e saudável para todos.

A elaboração do primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Petrolina (PLAMsan) foi fundamentada em importantes marcos legais e institucionais, em consonância com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei nº 11.346/2006) e seu decreto regulamentador (Decreto nº 7.272/2010). Esses dispositivos estabelecem, entre outras diretrizes, a composição paritária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo que 2/3 de seus membros sejam representantes da sociedade civil e 1/3 do poder público, assegurando, assim, ampla participação popular. No âmbito municipal, essa diretriz foi incorporada por meio da Lei nº 3.687/2024, de 15 de março de 2024.

Outro marco relevante foi a institucionalização da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Petrolina (CAISAN Petrolina), por meio também da



Lei nº 3.687/2024, fortalecendo a articulação entre as diversas secretarias e órgãos públicos envolvidos com a agenda da segurança alimentar e nutricional.

Adicionalmente, a realização periódica das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com destaque para a V edição de 2023, tem contribuído significativamente para o debate público e a definição das prioridades que orientam as ações do PLAMsan.

A consolidação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Petrolina (SISAN) representou um passo decisivo para a estruturação da política de SAN no âmbito local, por meio da Lei nº 3.687, de 15 de março de 2024. Essa legislação consolidou os pilares normativos necessários para a implementação efetiva de políticas públicas voltadas à garantia do direito humano à alimentação adequada. Como desdobramento desse processo, em dezembro de 2023, o município formalizou sua adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), reafirmando seu compromisso com a promoção da segurança alimentar e nutricional da população.

Foi elaborado pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar - CAISAN com aprovação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSEA. É o resultado de um processo participativo e democrático, envolvendo diversos setores relacionados à temática de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, incluindo órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e o setor privado, visando à construção e implementação de um sistema de Segurança Alimentar e Nutricional integrado e efetivo.

O PLAMsan de Petrolina se apresenta como principal instrumento de planejamento, gestão e execução das ações de Segurança Alimentar e Nutricional para o quadriênio 2024-2029. Estrutura-se em eixos estratégicos que contemplam a promoção da alimentação saudável, a garantia do abastecimento e acesso a alimentos de qualidade, o fortalecimento da agricultura urbana e familiar, a educação alimentar e nutricional sustentável, além do monitoramento e avaliação das ações implementadas. A atuação intersetorial e a integração das políticas públicas são fundamentais para a concretização dos objetivos traçados, garantindo assim a soberania alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Este plano também está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS das Nações Unidas, especialmente o ODS01 - Erradicação da Pobreza, ODS 2 -



Fome Zero e Agricultura Sustentável, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável. Além disso, o PLAMsan contribui para outros ODS, como o ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis e ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima, ao promover práticas agrícolas sustentáveis e o consumo consciente de alimentos.

Foram muitas as conquistas municipais no âmbito da segurança alimentar, todavia temos muitos desafios que devem ser enfrentados. As diretrizes e metas contidas no I PLAMsan representam uma evolução na implementação do SISAN na cidade de Petrolina e consolidam um conjunto de ações que auxiliarão a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional CAISAN e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSEA, cumprindo suas atribuições dentro do sistema municipal, de criar um ambiente propício para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os petrolinenses possam exercer plenamente seu direito à alimentação adequada.



1. INTRODUÇÃO

O direito humano a uma alimentação adequada e suficiente vai além da mera aquisição e disponibilidade de alimentos, abrangendo aspectos essenciais como o respeito pelas práticas alimentares, a condição de saúde do indivíduo e a assistência a grupos biologicamente e socialmente vulneráveis. No contexto brasileiro, a compreensão da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN evoluiu significativamente, refletindo as transformações históricas e sociais que moldaram nossa sociedade. Segundo Januzzi (2018).

"A Segurança Alimentar e Nutricional vai além da oferta de alimentos; ela implica a garantia de uma alimentação que respeite as tradições culturais e promova a saúde, considerando as necessidades específicas de cada grupo social e a realidade local".

Essa visão destaca a importância de uma abordagem global para a SAN, que leva em conta não apenas a quantidade, mas também a qualidade e a adequação dos alimentos no contexto das diversas realidades sociais e culturais. No Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional é compreendida através de duas dimensões inter-relacionadas e essenciais: Aspecto Alimentar que envolve o processo de produção, comercialização e a consequente disponibilidade de alimentos. Esta dimensão busca criar mecanismos e estruturas que garantam uma produção eficiente e uma distribuição equitativa, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso a alimentos em quantidade suficiente. Aspecto Nutricional que se refere à escolha, preparo e consumo dos alimentos, estabelecendo uma conexão direta com a saúde e o bem-estar do organismo. Esta dimensão enfatiza a importância de uma dieta balanceada e de alimentos que atendam às necessidades nutricionais específicas de cada indivíduo.

Para alcançar a verdadeira Segurança Alimentar e Nutricional, é imprescindível garantir não apenas o acesso regular a alimentos que satisfaçam as necessidades quantitativas, mas também que cumpram os padrões de qualidade sanitária e nutricional.



A adequada conservação e controle alimentar devem respeitar as tradições culturais e hábitos alimentares de cada comunidade, além de seguir práticas de higiene rigorosas. A cultura alimentar desempenha um papel crucial na Segurança Alimentar e Nutricional, refletindo as tradições, valores e hábitos de cada comunidade. A diversidade cultural influencia profundamente as preferências alimentares e as práticas de consumo. Respeitar essas características culturais é essencial para promover a aceitação e a eficácia das políticas de SAN. Assim, as estratégias de segurança alimentar e nutricional devem reconhecer e integrar os conhecimentos tradicionais e os hábitos alimentares locais, promovendo uma abordagem que valorize e preserve a identidade cultural enquanto atende às necessidades nutricionais da população. Segundo Monteiro (2019).

"A cultura alimentar desempenha um papel fundamental na segurança alimentar, pois os hábitos e tradições alimentares influenciam diretamente a forma como os alimentos são produzidos, preparados e consumidos, além de impactar a saúde e o bem-estar das populações".

Este conceito sublinha a importância de incorporar as especificidades culturais na formulação e implementação de políticas de segurança alimentar. Dessa forma, o I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Petrolina surge como um documento estratégico que integra as diversas políticas setoriais e marcos legais existentes, buscando promover um sistema alimentar mais justo, sustentável e resiliente. Com a participação ativa da sociedade civil, o plano reforça o compromisso do município com a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, alinhando-se às diretrizes de desenvolvimento urbano, saúde, adaptação climática e direitos humanos. A partir deste cenário, o plano delinea ações concretas que contribuirão para a segurança alimentar, considerando os desafios e oportunidades locais, ao mesmo tempo em que fortalece a intersetorialidade necessária para sua efetividade.

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está garantido às populações por meio de tratados internacionais, legislações nacionais, regionais e no nível municipal, sendo um princípio fundamental para o bem-estar e a dignidade humana. A Declaração



Universal dos Direitos Humanos de 1948, que surge como marco após os horrores da Segunda Guerra Mundial, assegura, no seu artigo 25, que a alimentação adequada é um direito de todo ser humano, junto com outros direitos como o bem-estar, a saúde, o vestuário, a habitação, os cuidados médicos e os serviços sociais.

No Brasil, a Constituição de 1988, promulgada após o período de ditadura militar (1964-1985), estabeleceu um Estado Democrático de Direito, com a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental. A alimentação adequada foi consagrada como um direito social, ao lado de outros direitos como saúde, educação e transporte, e deve ser garantida pelo Estado. Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos possuem equivalência às emendas constitucionais, e a Defensoria Pública desempenha um papel importante na promoção desses direitos.

O Plano de Segurança Alimentar e Nutricional visa garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA, em consonância com outras legislações e tratados em direitos humanos, com a Constituição Federal de 1988, com a Lei Orgânica do Município, trabalhando com maior profundidade a temática da segurança alimentar e sua relação com os direitos humanos e sociais.

1.1 Breve histórico da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e no município de Petrolina

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN emerge como um compromisso fundamental do Estado brasileiro para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA. Definida pela Constituição Federal de 1988, que considera a alimentação como um direito social essencial, a PNSAN é uma política robusta que visa garantir que todos os brasileiros tenham acesso regular e permanente a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para uma vida saudável e ativa.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem uma trajetória histórica que reflete a crescente conscientização sobre a importância do acesso a alimentos adequados e suficientes para todos. No contexto global, a preocupação com a segurança alimentar ganhou destaque a partir da segunda metade do século XX, com a adoção de políticas e programas que buscavam erradicar a fome e a desnutrição em várias partes do mundo.



Em 1996, a Conferência Mundial sobre Alimentação, realizada em Roma, estabeleceu a meta de reduzir a fome global pela metade até 2015. Esta conferência foi um marco significativo, pois consolidou a Segurança Alimentar e Nutricional como uma prioridade internacional, enfatizando a importância de garantir não apenas a quantidade, mas também a qualidade dos alimentos (FAO, 1996). A FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) tem desempenhado um papel central na formulação de políticas globais e na coordenação de esforços para enfrentar a insegurança alimentar.

No Brasil, a Política de SAN começou a se consolidar no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. A evolução da SAN passou por uma trajetória própria, marcada por eventos 29 como a criação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) em 1993, que se tornou um órgão consultivo fundamental para o diálogo entre governo e sociedade civil sobre questões de segurança alimentar. A criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em 2006, através da Lei nº 11.346, foi um avanço significativo na estruturação das políticas de segurança alimentar e nutricional no país (BRASIL, 2006). De acordo com Almeida (2014), "a criação do SISAN foi um passo crucial para integrar e coordenar as ações voltadas à segurança alimentar e nutricional, promovendo a participação da sociedade civil e a articulação entre diferentes esferas de governo".

A partir da Lei nº 11.346/2006, o Brasil implementou diversas políticas e programas, como o Programa Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visam melhorar o acesso a alimentos e promover a segurança alimentar em níveis local e nacional. Segundo Da Silva (2010), "essas iniciativas representam esforços significativos para combater a fome e a desnutrição, refletindo o compromisso do Brasil com a realização do direito humano à alimentação adequada".

Em 2015, com a adesão à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, está abarcado o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição (ONU, 2015). Este objetivo destaca a necessidade de ações integradas para garantir que todos tenham acesso a alimentos suficientes, nutritivos e seguros. Além disso, em 2015, o Brasil aderiu ao Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, acordo internacional que reforça o compromisso das cidades com o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis.



e saudáveis. O Pacto de Milão está profundamente alinhado aos ODS, especialmente aos ODS 2, 3 (saúde e bem-estar), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 12 (consumo e produção responsáveis). O pacto incentiva políticas que integram segurança alimentar, saúde pública, inclusão social e sustentabilidade ambiental, promovendo ações concretas para reduzir o desperdício de alimentos, melhorar o acesso a alimentos nutritivos e apoiar a produção local de alimentos.

A base legislativa da PNSAN é sólida e abrangente. A Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, estabelece as diretrizes e princípios fundamentais da política, como a garantia do direito à alimentação adequada e a promoção da participação social na formulação das políticas. O Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, regulamenta a LOSAN e institui o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, um sistema público destinado à gestão intersetorial e participativa das políticas de SAN.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, por sua vez, define as diretrizes gerais para a implementação das ações de SAN. Com sua base legislativa e estrutura abrangente, representa um esforço contínuo e coordenado para garantir que todos os brasileiros tenham acesso a alimentos adequados e saudáveis, promovendo a saúde e o bem-estar da população em um cenário de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

1.1.1 Dados gerais do município

Petrolina está localizada no Sertão do São Francisco, na região semiárida do Estado de Pernambuco, sendo um dos principais polos econômicos, agrícolas e urbanos do interior do Nordeste brasileiro. O município faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Polo Petrolina-Juazeiro, integrando ações regionais com municípios da Bahia. Com uma localização estratégica às margens do Rio São Francisco, Petrolina ocupa uma posição de destaque no cenário nacional pela sua forte produção agrícola irrigada, seu dinamismo econômico e pela presença de centros de pesquisa, educação e inovação tecnológica voltados ao semiárido.



1.1.2 Território e Organização Urbana

Área territorial: 4.561,87 km², extensão urbana expandida com dezenas de loteamentos, condomínios e núcleos produtivos rurais, incluindo áreas irrigadas do Perímetro Senador Nilo Coelho, Bebedouro, Maria Tereza e Pontal, divisão administrativa: 7 distritos e mais de 40 bairros urbanos e vilas rurais; zona urbana fortemente conectada à BR-407, BR-428 e ao Aeroporto Senador Nilo Coelho.

1.1.3 População

População total (Censo IBGE 2022): 386.786 habitantes

População estimada 2024 (IBGE/SEPLAG): ~400.000 habitantes

Densidade demográfica: 84,7 hab./km²

População rural: cerca de 27%

População urbana: aproximadamente 73%

Taxa de crescimento populacional (2010–2022): 1,57% ao ano

1.1.4 Estrutura Econômica e Produtiva

Principal polo de fruticultura irrigada do país (uva, manga, banana, goiaba);

Destaque na exportação agroindustrial para Europa, Ásia e EUA;

Polo de logística e serviços, com porto fluvial, aeroporto comercial, Ceasa e plataformas multimodais;

PIB Municipal (IBGE 2021): R\$ 9,52 bilhões

Setores que mais empregam: agricultura irrigada, comércio, logística, construção civil e educação superior.

1.1.5 Educação, Ciência e Tecnologia

Sede de instituições federais e estaduais: UNIVASF, IF Sertão-PE, UPE, UFRPE/UAST, presença de centros de pesquisa como o Embrapa Semiárido e Instituto



Agronômico de Pernambuco (IPA), Avanço de startups e núcleos de inovação com foco no semiárido, segurança hídrica e alimentação.

1.1.6 Saúde e Qualidade de Vida

Estrutura de média e alta complexidade com hospitais regionais, municipais e universitários; programa municipal de alimentação escolar reconhecido; investimentos em segurança hídrica, com programas de abastecimento em comunidades rurais e expansão do saneamento.

1.1.7 Aspectos Sociais e Segurança Alimentar

Petrolina apresenta um contraste marcante entre o dinamismo econômico da fruticultura exportadora e os altos índices de vulnerabilidade social, especialmente em áreas periféricas urbanas, vilas rurais isoladas e territórios tradicionais. Apesar de possuir uma das economias mais pujantes do interior do Nordeste, grande parte da população vive em situação de pobreza ou extrema pobreza, sendo dependente de políticas públicas para garantir o mínimo existencial, como a alimentação.

Cadastro Único (2024): cerca de 62.300 famílias cadastradas, sendo:

- ✓ 24.500 em extrema pobreza (renda ≤ R\$ 105);
- ✓ 12.600 em situação de pobreza (renda entre R\$ 106 e R\$ 210);
- Estima-se que mais de 33 mil famílias estejam em alguma forma de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave), conforme cruzamento com dados da Rede PENSSAN e do IBGE;
- Alto índice de monoparentalidade feminina, com chefia familiar de mulheres negras, geralmente com baixa escolaridade e maior vulnerabilidade à insegurança alimentar;
- Populações em situação de rua, povos de terreiro, comunidades tradicionais rurais e assentamentos ainda sofrem com barreiras estruturais de acesso a alimentos adequados, água potável e políticas públicas universais;
- Rede pública de proteção social composta por:



- ✓ 10 CRAS (Centros de Referência de Assistência Social);
- ✓ 1 CREAS, 1 Centro POP e duas unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes;
- ✓ 1 Restaurante Popular, 1 Cozinha Comunitária (em implantação);

Atuação articulada do COMSEA e da CAISAN Municipal, promovendo políticas intersetoriais e construção participativa do PLAMsan;

A política de alimentação escolar cobre 100% dos estudantes da rede municipal, com avanços na aquisição de alimentos da agricultura familiar local;

Implantação de hortas pedagógicas, comunitárias e terapêuticas, CAPS e centros comunitários, ampliando a educação alimentar e nutricional (EAN);

1.1.1 Ambiental e Rural

O município de Petrolina está inserido integralmente no bioma Caatinga, ecossistema exclusivamente brasileiro, marcado por clima semiárido, alta insolação, longos períodos de estiagem e chuvas irregulares. Esse contexto impõe desafios estruturais como a desertificação, a degradação ambiental, a erosão do solo, e o esgotamento de aquíferos, afetando diretamente os sistemas produtivos tradicionais e a disponibilidade de recursos naturais essenciais à segurança alimentar.

Apesar das adversidades, Petrolina também representa um dos exemplos mais avançados de adaptação produtiva ao semiárido, abrigando um dos maiores complexos de agricultura irrigada da América Latina, com destaque para os Perímetros Públicos Irrigados (Nilo Coelho, Bebedouro, Maria Tereza e Pontal), implantados às margens do Rio São Francisco. Essa infraestrutura possibilita a produção intensiva e contínua de alimentos durante todo o ano, especialmente frutas tropicais como uva, manga, goiaba e banana, com forte inserção nos mercados nacional e internacional.

No entanto, a coexistência entre a agricultura irrigada empresarial e os sistemas produtivos familiares e tradicionais exige a formulação de políticas públicas diferenciadas, que considerem as desigualdades no acesso à terra, à água, à assistência técnica e ao crédito rural. Muitos agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais



enfrentam dificuldades para manter práticas sustentáveis e gerar renda de forma autônoma.

Diante disso, Petrolina tem avançado na construção de iniciativas voltadas à agroecologia, à agricultura familiar, à produção orgânica e à segurança alimentar comunitária, por meio de:

- ✓ Apoio técnico e extensão rural oferecidos por instituições como o IPA, a EMBRAPA Semiárido e cooperativas locais;
- ✓ Implantação de hortas urbanas, periurbanas e escolares, promovendo inclusão produtiva, educação alimentar e geração de renda em bairros populares e equipamentos públicos;
- ✓ Fortalecimento da produção agroecológica de base comunitária, com incentivo à preservação de sementes crioulas, compostagem, uso racional da água e controle biológico de pragas;
- ✓ Valorização dos sistemas produtivos de povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, agricultores de vazante e povos de terreiro, respeitando seus saberes, territórios e práticas alimentares ancestrais;
- ✓ Avanço da agricultura urbana como estratégia de enfrentamento à insegurança alimentar, especialmente em contextos periféricos;
- ✓ Participação crescente da agricultura familiar nos programas de compras públicas, como o PNAE e o PAA, garantindo mercado institucional para produtos locais e promovendo circuitos curtos de comercialização.

A sustentabilidade ambiental no contexto rural de Petrolina está diretamente associada à capacidade do município de equilibrar produção de alimentos com conservação ambiental, inclusão produtiva e justiça social, especialmente em um território marcado por intensas transformações econômicas, pressões fundiárias e escassez de recursos hídricos.



1.2.1 Segurança Alimentar e Nutricional Diante das Mudanças Climáticas: Desafios e Soluções Sustentáveis no Âmbito Municipal

A emergência climática já é uma realidade nas cidades brasileiras, como podemos constatar a partir dos eventos climáticos extremos que vem ocorrendo nas cidades de nosso entorno, e nosso grande compromisso deve ser o de buscar soluções inovadoras para o alcance das metas de resiliência para Petrolina.

De acordo com Alpino, et al (2020), as mudanças climáticas afetam a estabilidade de sistemas alimentares, pois o clima é um determinante importante nos padrões de produção, oferta e demanda de alimentos, resultando nas variabilidades a curto e longo prazo dos preços, principalmente em populações mais pobres e vulneráveis. Com a ocorrência dos desastres naturais, como as secas e inundações, a produção de alimentos é prejudicada e/ou ainda há uma redução nas áreas cultiváveis, trazendo impactos relevantes para os sistemas alimentares. Cerca de 25% dos impactos econômicos negativos dos desastres recaem sobre o setor agrícola, o que se torna uma ameaça ao Sistema Alimentar Nutricional, potencializando a pobreza e a desigualdade.

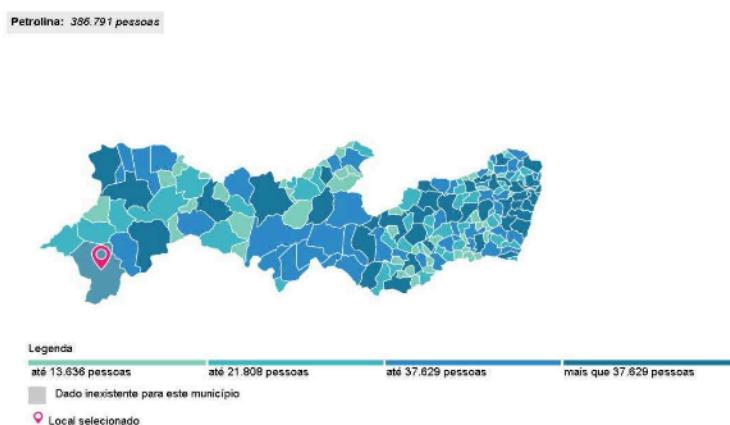
Gerenciar riscos, aumentar a segurança hídrica, proteger as nascentes e matas ciliares, proteger a biodiversidade, implantar hortas comunitárias, fomentar formas de oportunidade econômica sustentáveis, como: agrofloresta, para famílias que moram às margens dos cursos d'água; promover a capacitação em recuperação de áreas degradadas para famílias que dependam de produção agrícola ou agricultura familiar, nas proximidades dos cursos d'água para manutenção do mesmo e incentivar e estimular sistemas produtivos sustentáveis de alimentos são algumas das medidas do Plano de Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima que corroboram com o que propõe o PLAMsan-Petrolina.

1.2.2 População e suas características

Petrolina, localizada no sertão do estado de Pernambuco, é um dos principais polos de desenvolvimento do interior nordestino, destacando-se por sua expressiva produção agrícola irrigada e por sua crescente urbanização. A seguir, apresentamos uma caracterização demográfica e social do município, com base em dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Figura 1- População dos Municípios de Pernambuco com Destaque para Petrolina



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). *Número de pessoas inscritas no Cadastro Único por município – Estado de Pernambuco.*

1.2.3 População e Distribuição Territorial

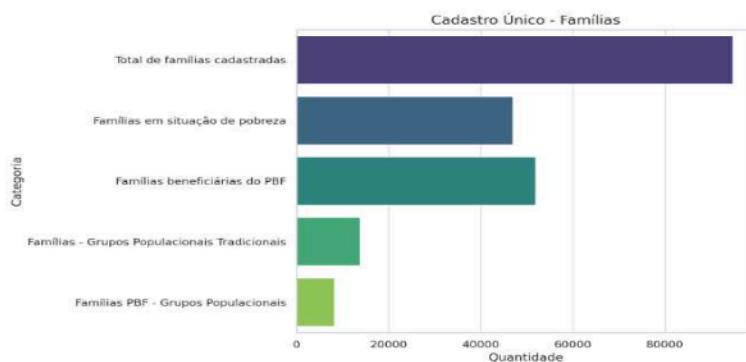
De acordo com o Censo Demográfico de 2022, Petrolina possui uma população de 386.786 habitantes. Com uma área territorial de 4.558,1 km², a densidade demográfica do município é de aproximadamente 84,9 habitantes por km². A maior parte da população reside na zona urbana, refletindo o processo de urbanização acelerado nas últimas décadas. Abaixo está apresentado um mapa, a imagem mostra um mapa dividido por municípios, representando a distribuição populacional em uma determinada região que são os municípios do estado de Pernambuco, Brasil. O município de Petrolina está em destaque, indicado por um marcador rosa, e tem uma população de 386.791 pessoas, conforme indicado no canto superior esquerdo.

O Cadastro Único é a principal ferramenta do governo para identificar e conhecer as famílias de baixa renda no Brasil, servindo de base para a inclusão em diversos programas sociais. A seguir, o gráfico apresenta um panorama das famílias cadastradas no município de Petrolina, distribuídas por diferentes categorias sociais. Como pode ser observado no gráfico acima, o município conta com um total superior a 90 mil famílias



cadastradas no Cadastro Único, o que demonstra a grande abrangência da política de identificação e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade. Deste total, uma parcela significativa encontra-se em situação de pobreza, revelando a importância de políticas públicas voltadas à proteção social.

Figura 2 - Panorama das Famílias no Cadastro Único por Categoria – Município de Petrolina



Fonte. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

O gráfico apresenta dados do Cadastro Único referentes às famílias cadastradas em Petrolina, destacando:

- Um total de 94.834 famílias estão registradas no sistema.
- Dentre elas, 46.977 vivem em situação de pobreza, demonstrando alta vulnerabilidade social.
- 51.981 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).
- 13.788 famílias pertencem a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, como povos indígenas, quilombolas e outros.
- Dessas, 8.275 famílias são beneficiárias do PBF, evidenciando a atuação do programa em populações historicamente marginalizadas.



Esses dados reforçam a importância do CadÚnico como instrumento de identificação e atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social e alimentar.

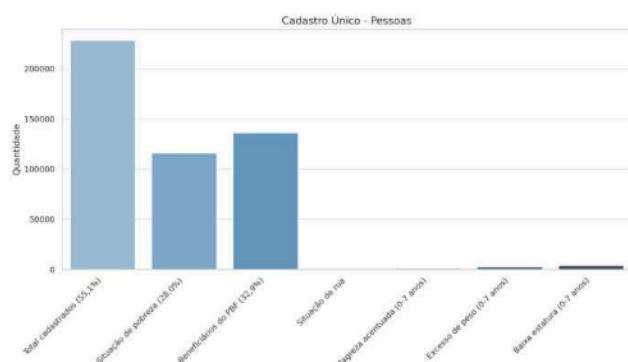
1.2.4 Estrutura Etária e Gênero

A população de Petrolina apresenta uma estrutura etária jovem, com uma significativa parcela composta por crianças, adolescentes e adultos jovens. Esse perfil demográfico implica em demandas específicas por políticas públicas voltadas à educação, emprego e saúde preventiva. Em relação ao gênero, observa-se uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres, com uma leve predominância feminina, tendência comum em diversas regiões do país.

1.2.5 Indicadores Socioeconômicos

Petrolina destaca-se economicamente pela agricultura irrigada, especialmente na produção de frutas para exportação, como uvas e mangas. Esse setor impulsiona o desenvolvimento econômico local e gera empregos, tanto na zona rural quanto urbana. Além disso, o município tem investido em infraestrutura, educação e saúde, visando melhorar a qualidade de vida da população.

Figura 3 - Perfil das Pessoas Cadastradas no Cadastro Único – Município de Petrolina



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Distribuição da população por município – Pernambuco.



O gráfico apresenta a distribuição de dados do Cadastro Único (CadÚnico) de Petrolina, com foco na situação social e nutricional da população cadastrada. Ele mostra que:

- Mais de 228 mil pessoas estão cadastradas, representando 55,1% da população do município.
- Entre essas, 116 mil pessoas vivem em situação de pobreza, e mais de 136 mil são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).
- Há também dados preocupantes sobre crianças de 0 a 7 anos atendidas pelo PBF:
 - ✓ 1.316 apresentam magreza acentuada (7,3%);
 - ✓ 2.635 estão com excesso de peso (14,6%);
 - ✓ 4.040 têm baixa estatura para a idade (10,3%).

O gráfico também destaca 232 pessoas em situação de rua, revelando a diversidade e complexidade do perfil socioeconômico atendido pelo CadÚnico.

Esses dados são fundamentais para orientar políticas públicas de assistência social, segurança alimentar e saúde.

1.2.6 Educação e Saúde

O município possui uma rede de instituições de ensino que abrange desde a educação básica até o ensino superior, incluindo universidades públicas e privadas. Na área da saúde, Petrolina conta com hospitais, unidades de pronto atendimento e centros de saúde da família, que atendem às necessidades básicas da população. Programas de saúde preventiva e campanhas de vacinação são regularmente implementados para promover o bem-estar dos habitantes.



1.2.7 Desafios Sociais

Apesar dos avanços, Petrolina enfrenta desafios relacionados à desigualdade social, acesso a serviços públicos de qualidade e desenvolvimento sustentável. Áreas periféricas e comunidades rurais ainda carecem de investimentos em infraestrutura, saneamento básico e oportunidades de emprego. A gestão municipal tem buscado implementar políticas públicas que visem à inclusão social e à redução das disparidades existentes.

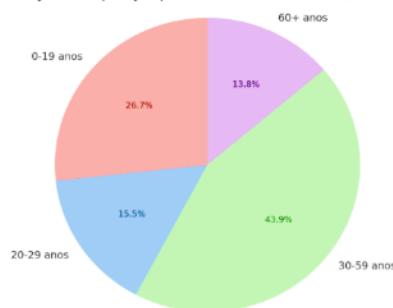
1.2.8 Considerações Finais

A caracterização demográfica e social de Petrolina evidencia um município em constante crescimento e transformação. Com uma população jovem e dinâmica, desafios e oportunidades coexistem, demandando ações integradas do poder público, iniciativa privada e sociedade civil para promover o desenvolvimento equitativo e sustentável da região.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 apontam para um envelhecimento da população do município. O índice de envelhecimento, que representa o número de pessoas com 60 anos em relação a um grupo de 100 pessoas de até 14 anos de idade, é de 70,2. Já a idade mediana que divide a população em duas partes iguais é de 34 anos. O que, em representa metade da população. Comparando-se com o Censo Demográfico de 2010, verifica-se o elevado aumento do índice de envelhecimento e da idade mediana da população, considerando a divisão da população por faixa etária, verifica-se o seguinte quadro.

Figura 4- População por faixa etária – Petrolina 2022

Distribuição da População por Faixa Etária - Petrolina (Censo 2022)





Fonte: IBGE – Censo Demográfico

2. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um direito de todos os cidadãos, assegurado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) – Lei nº 11.346/2006, que estabelece as bases para a formulação e implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A SAN pressupõe o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade cultural e promovendo práticas alimentares saudáveis e sustentáveis.

No contexto de Petrolina, município localizado no sertão do São Francisco, em Pernambuco, os desafios no campo da SAN estão diretamente relacionados às desigualdades socioeconômicas, ao crescimento urbano acelerado, à vulnerabilidade de populações em áreas periféricas e à dependência de políticas públicas de transferência de renda. Ao mesmo tempo, Petrolina é um território estratégico no combate à insegurança alimentar, pois combina uma estrutura agroprodutiva forte com destaque para a fruticultura irrigada e uma rede consolidada de equipamentos públicos como o Restaurante Popular, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e iniciativas de apoio à agricultura familiar e urbana.

Apesar do potencial produtivo, dados do Cadastro Único (CadÚnico) e do Mapa da Insegurança Alimentar da Rede PENSSAN (2022) indicam que ainda há parcelas significativas da população local em situação de pobreza e extrema pobreza, com limitações no acesso a uma alimentação adequada. Isso evidencia a necessidade de fortalecer a governança local, ampliando a atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), promovendo ações intersetoriais e valorizando saberes e práticas territoriais.

Assim, pensar SAN em Petrolina exige não apenas ampliar o acesso aos alimentos, mas também promover sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis, capazes de integrar as dimensões social, econômica, ambiental e cultural do direito humano à alimentação adequada (DHAA), conforme estabelecido pela Constituição Federal, pela LOSAN e pelas diretrizes do Plano Nacional de SAN (PLANSAN).



2.2.1 Equipamentos, Programas e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional em Petrolina

O município de Petrolina desenvolve diversos projetos, programas e ações voltados para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN). As ações diretas de SAN são coordenadas pela Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional, uma estrutura essencial para o planejamento e a implementação de políticas públicas focadas no combate à fome e na promoção de uma alimentação saudável e adequada. No entanto, a característica intersetorial da SAN exige que suas iniciativas sejam articuladas com outras secretarias municipais. Isso ocorre porque muitos dos fatores que influenciam a segurança alimentar transcendem a área de alimentação em si, como saúde, educação, desenvolvimento econômico e planejamento urbano. Essa integração garante que as políticas públicas sejam mais abrangentes e eficazes, abordando aspectos fundamentais para a garantia do direito à alimentação adequada e sustentável para toda a população.

2.2.2 Programas e ações de segurança alimentar e nutricional em Petrolina

Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional

Vinculada à Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome, este é um órgão da administração municipal que tem por finalidade formular, propor, articular e integrar as políticas e ações de promoção social, visando à implementação das Metas do Milênio, em especial a erradicação da pobreza extrema e da fome.

A política de SAN, para ser efetiva, não é tratada de maneira isolada dentro deste departamento. O papel da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar é, portanto, atuar como articulador e facilitador dessas ações, assegurando que as iniciativas de cada secretaria contribuam para um sistema alimentar mais justo, inclusivo e sustentável.

Neste contexto, a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional atua em dois eixos principais de intervenção, que são:

I – Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome

Tem como foco garantir o direito à alimentação adequada e enfrentar a fome por meio de ações integradas e intersetoriais em Petrolina. Apesar do potencial agrícola do



município, persistem desigualdades no acesso a alimentos, especialmente entre populações vulneráveis. As estratégias incluem o fortalecimento da agricultura familiar, a ampliação da alimentação escolar com produtos locais, a implantação de equipamentos públicos como cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, além da concessão de benefícios alimentares emergenciais. Também são essenciais ações de educação alimentar e a participação ativa da sociedade, por meio do COMSEA, na formulação e monitoramento das políticas de SAN.

II – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo artigo 19 da Lei Federal nº 10.696/2003 e atualmente regulamentado pela Lei Federal nº 14.628, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). De abrangência nacional, o PAA tem como objetivo garantir o acesso à alimentação e fortalecer a agricultura familiar por meio da compra direta de alimentos, sem a necessidade de licitação. Essa estratégia contribui para a organização da produção local, valorização da biodiversidade e fortalecimento do cooperativismo e do associativismo. Além disso, o programa estimula práticas alimentares saudáveis, alinhadas ao direito humano à alimentação adequada.

Os alimentos adquiridos são destinados as famílias em situação de insegurança alimentar, atendidas pela rede socioassistencial, por equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, bem como por instituições públicas e filantrópicas de ensino.

Entre os anos de 2022 e 2023, o recurso pactuado para o município no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi de aproximadamente R\$ 1.500.000,00. Com esse montante, foi possível atender 208 agricultores familiares, promovendo a comercialização de seus produtos e fortalecendo a agricultura local.

Contudo, na proposta mais recente, o valor pactuado foi reduzido para pouco mais de R\$ 500.000,00, o que permitiu contemplar apenas 73 agricultores. Essa redução significativa impacta diretamente o número de beneficiários, diminuindo o alcance social e econômico do programa no município.



TABELA 1 - Resgate histórico das operacionalizações do PAA em Petrolina, com base em informações do SISPAA

Ano	nº da proposta	nº do Plano Operacional	Termo de adesão	Quantidade de alimentos adquiridos	Recurso utilizado	nº beneficiários recebedores	nº de beneficiários fornecedores
2011			SISPAA entrou em vigência após essa data.				
2012			Dados não encontrados no SISPAA.				
2013			Dados não encontrados no SISPAA.				
2014			Dados não encontrados no SISPAA.				
2015			Dados não encontrados no SISPAA.				
2016			Dados não encontrados no SISPAA.				
2017			Não houve execução do Programa				
2018							



30

2019	Dados não encontrados no SISPAA.	03173-2019-2611101	90197/2012	Dados não encontrados no SISPAA.	R\$ 800.000,00	39	49
2020	Dados não encontrados no SISPAA.	3202/2019 3728/2020	90197/2012	Dados não encontrados no SISPAA.	R\$ 1.840.000,00	39	58
2021	Não houve execução do Programa						
2022-2023	01105-DS-04163-2022-2611101	3728/2020	01067//2012	+ de 347 toneladas (347,312,4 kg)	R\$ 1.533.396,88	35	208
2024-2025	01587-DS-04623-2024-2611101	01067/2022	01067/2022	+ de 107 toneladas (107.935,31 kg)	R\$ 551.043,42	37	83

Legenda: nº: número; SISPAA: Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos; +:.

Fonte: BRASIL (2025)



Diante desse cenário, torna-se essencial buscar alternativas para mitigar os efeitos da queda no repasse. Entre as estratégias possíveis, destacam-se:

- ✓ Articulação com outros programas e políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e iniciativas estaduais de compras públicas, para ampliar os canais de escoamento da produção;
- ✓ Captação de recursos complementares junto a emendas parlamentares, editais públicos e parcerias com organizações da sociedade civil;
- ✓ Fortalecimento das organizações de agricultores, como associações e cooperativas, para melhorar a capacidade de negociação e otimizar a distribuição dos recursos;
- ✓ Adoção de critérios técnicos e transparentes para seleção dos beneficiários, garantindo equidade no atendimento mesmo com recursos reduzidos;
- ✓ Capacitação dos agricultores para diversificação da produção, agregação de valor e acesso a novos mercados, como feiras e vendas diretas.

Essas ações podem contribuir para manter os impactos positivos do PAA mesmo em contextos de restrição orçamentária, garantindo que o programa continue a promover segurança alimentar, inclusão produtiva e desenvolvimento local.

III - Restaurante Popular

O Restaurante Popular de Petrolina é uma iniciativa essencial no combate à fome e na promoção da segurança alimentar e nutricional no município. Com foco na população em situação de vulnerabilidade social, o equipamento oferece refeições saudáveis, balanceadas e a preços acessíveis, contribuindo para o direito humano à alimentação adequada. O serviço é regulamentado pela legislação federal (Lei nº 11.346/2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN) e conta com diretrizes e normas específicas no âmbito municipal, além de articulação com outras políticas sociais.

Localizado em área estratégica da cidade, o restaurante atende diariamente trabalhadores informais, pessoas em situação de rua, idosos, desempregados e beneficiários de programas sociais. A unidade serve almoço ao custo de R\$ 1,50 e jantar



por apenas R\$ 0,50 valores simbólicos que possibilitam o acesso da população de baixa renda a refeições completas e nutricionalmente equilibradas. Os cardápios são elaborados por profissionais de nutrição, respeitando os padrões de qualidade e variedade alimentar.

A operação do restaurante é executada pela Prefeitura de Petrolina, por meio da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome. Com capacidade para servir 1.500 refeições por dia, o restaurante também cumpre um papel importante na economia local, especialmente ao adquirir parte dos alimentos de agricultores familiares por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Essa integração entre segurança alimentar, desenvolvimento local e assistência social amplia o impacto da política pública e contribui para o fortalecimento de uma rede de proteção social no município. A atuação do Restaurante Popular é acompanhada por conselhos e instâncias de controle social, como o COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional), garantindo transparência e participação popular na gestão.

Dessa forma, o Restaurante Popular de Petrolina consolida-se como uma ferramenta eficiente de combate à fome e de promoção da dignidade, reforçando o compromisso da gestão municipal com os princípios da equidade, da justiça social e dos direitos humanos.

IV - Programa Petrolina Acolhe equipamentos de SAN

O Programa Petrolina Acolhe é uma iniciativa inovadora da Prefeitura de Petrolina, lançada em 25 de fevereiro de 2025, que reúne um conjunto de ações voltadas à ampliação da assistência social no município. Com foco na proteção da população em situação de vulnerabilidade, o programa promove o acesso a serviços essenciais com dignidade, escuta qualificada e respeito aos direitos humanos.

Entre as ações de maior destaque está o projeto "Um Novo Recomeço", direcionado à população em situação de rua. A iniciativa conta com uma equipe multidisciplinar composta por 40 profissionais, responsáveis por realizar abordagens sociais em pontos estratégicos da cidade. Durante essas abordagens, é oferecido apoio imediato e encaminhamento ao abrigo municipal, onde as pessoas acolhidas recebem



alimentação, cuidados com a higiene, escuta acolhedora e um espaço seguro para recomeçar. Além do acolhimento emergencial, o programa assegura acesso à documentação civil, orientação profissional, inscrição em cursos de capacitação e suporte à reinserção social e produtiva, promovendo a autonomia dos beneficiários.

Os equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como cozinhas comunitárias, restaurantes populares e PAA, também desempenham papel essencial nesse processo. Mais do que oferecer refeições, esses espaços funcionam como ambientes de acolhimento, onde as pessoas são orientadas, acompanhadas e conectadas à rede de proteção social do município.

O Petrolina Acolhe também contempla ações específicas para crianças, mulheres vítimas de violência, pessoas LGBTQIAPN+ e demais públicos historicamente vulnerabilizados. A proposta envolve ainda o fortalecimento da rede socioassistencial, com investimentos na estruturação dos equipamentos sociais da cidade, ampliando sua capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços prestados.

Com essa abordagem articulada e humanizada, o programa reafirma o compromisso de Petrolina com a dignidade, a equidade e a promoção da cidadania plena, alinhando-se às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do SISAN e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os de erradicação da pobreza, redução das desigualdades e promoção do bem-estar para todos.

V – Ação Nutrir para Prevenir

A Ação Nutrir para Prevenir é uma estratégia desenvolvida no âmbito da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do município de Petrolina, realizada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). A iniciativa busca promover a melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social por meio da articulação entre ações educativas, nutricionais e de inclusão produtiva.

A ação tem como principal objetivo prevenir a insegurança alimentar e promover hábitos saudáveis, aliando conhecimento, cuidado e oportunidades de geração de renda. As atividades são planejadas de forma intersetorial, respeitando a realidade local e as



diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

As principais frentes de atuação incluem:

- Educação Alimentar e Nutricional (EAN): oficinas e rodas de conversa com famílias referenciadas no CRAS sobre alimentação saudável, aproveitamento integral dos alimentos, leitura de rótulos, prevenção da obesidade e doenças crônicas, segurança no preparo e armazenamento de alimentos, entre outros temas fundamentais para o autocuidado e a promoção da saúde;
- Oficinas de Geração de Renda: capacitações práticas utilizando produtos da agricultura familiar local, com foco na produção de alimentos caseiros como pães, bolos, compotas, geleias e temperos naturais. As oficinas visam fortalecer a autonomia econômica das famílias e valorizar a cultura alimentar regional;
- Avaliação do Estado Nutricional: acompanhamento do perfil nutricional das famílias atendidas, especialmente crianças, gestantes, idosos e pessoas com deficiência, com o intuito de identificar situações de risco nutricional e orientar os encaminhamentos necessários à rede de saúde e assistência;
- Valorização da cultura alimentar local: estímulo ao uso de alimentos regionais, tradicionais e biodiversos, fortalecendo o vínculo com a identidade cultural e os saberes populares sobre alimentação;
- Promoção do direito à alimentação adequada: fortalecimento do protagonismo das famílias na construção de hábitos saudáveis e sustentáveis, contribuindo para o exercício pleno do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A Ação Nutrir para Prevenir se consolida como uma ferramenta essencial de prevenção e promoção em SAN, ao mesmo tempo em que fortalece o papel dos CRAS como espaços de acolhimento, proteção e transformação social.



VI - Inclusão social

A inclusão socioprodutiva é uma estratégia essencial no combate à insegurança alimentar, pois visa proporcionar às pessoas em situação de vulnerabilidade oportunidades de trabalho e geração de renda. Ao facilitar o acesso ao mercado de trabalho, programas de inclusão social que ajudam as famílias a garantirem meios financeiros para adquirir alimentos nutritivos e atender às suas necessidades básicas.

VII - Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é uma iniciativa do governo Federal que visa transferir recursos financeiros a famílias em situação de vulnerabilidade social, garantindo uma renda mínima para atender às necessidades básicas. Este programa está diretamente relacionado à segurança alimentar, pois ajuda a aumentar o poder de compra das famílias, permitindo que adquiram alimentos saudáveis e adequados, promovendo, assim, uma melhor nutrição e saúde.

Para acessar o Bolsa Família, as famílias devem procurar um dos treze Centros de Referência de Assistência Social do Município – CRAS ou a Central do Cadastro Único e se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. É necessário que a renda per capita da família esteja dentro do limite estabelecido pelo programa.

Além disso, no programa Bolsa Família, uma das condicionalidades é que as crianças e adolescentes devem ter acompanhamento de saúde. Isso inclui a realização de consultas médicas, vacinação em dia e o acompanhamento do peso e altura nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). O monitoramento do peso e altura permite identificar crianças em risco de desnutrição e, através de intervenções adequadas, permite também que as crianças tenham acesso a uma alimentação saudável e suficiente, fornecendo informações sobre programas de segurança alimentar, como distribuição de alimentos e hortas comunitárias.



Essas interconexões mostram que o acesso à saúde e à alimentação adequada é essencial para a promoção da segurança alimentar e nutricional, refletindo a importância do Bolsa Família como uma estratégia integrada de combate à pobreza e contribuindo para a dignidade e o bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade.

Benefício de Prestação Continuada

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), conforme estabelecido na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) garante um salário-mínimo a pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais que não têm meios de subsistência. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é o órgão responsável por gerir esse Benefício. Para acessar o BPC, é necessário que o interessado esteja inserido no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, além de apresentar a documentação que comprove a deficiência ou a idade e a situação socioeconômica da família. A avaliação é feita por meio de visitas técnicas, quando necessário, e análises de documentos.

Ao assegurar uma fonte de renda mínima, o benefício não apenas garante a manutenção da dignidade das pessoas, mas também se torna uma ferramenta crucial na luta contra a insegurança alimentar, promovendo o acesso à renda e à alimentação adequada.

VIII - Benefícios Eventuais

Os benefícios eventuais da política de assistência social, são provisões destinadas a proteger indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade social de caráter eventual. Previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, esses benefícios são oferecidos em situações como nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidades públicas.

Especificamente em relação à insegurança alimentar, o município de Petrolina, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), oferta cestas básicas para os indivíduos e famílias que enfrentam vulnerabilidade alimentar temporária. Essa ação demonstra como os benefícios eventuais têm um papel crucial na promoção da garantia do direito humano à alimentação, fornecendo suporte imediato para que famílias em dificuldades possam acessar alimentos essenciais.



É importante ressaltar que a oferta de benefícios eventuais, como a cesta básica, não assegura a segurança alimentar de forma plena. Esse tipo de assistência oferece apenas um alívio imediato, promovendo a dignidade das pessoas em situação de necessidade. No entanto, a verdadeira superação da vulnerabilidade temporária ocorre por meio da identificação dessas famílias, da inserção em programas sociais e do acompanhamento social adequado.

IX - Busca Ativa e Cadastro Único

A busca ativa é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que tem como objetivo incluir pessoas em situação de vulnerabilidade em programas como o Bolsa Família. Em Petrolina, a Prefeitura também implementa ações de busca ativa como uma estratégia proativa para identificar e engajar famílias que não estão acessando serviços ou benefícios, assegurando que todas recebam o apoio necessário e promovendo a inclusão social. Essa ação busca levar o suporte do estado a locais onde ele ainda não está presente.

A relação entre a busca ativa e a segurança alimentar é crucial, pois ao identificar famílias em dificuldades, a busca ativa permite direcioná-las para programas de assistência, garantindo acesso a alimentos adequados. Já o Cadastro Único é um sistema que compila informações socioeconômicas de famílias de baixa renda e pode ser atualizado por meio da busca ativa, ampliando a inclusão de mais famílias vulneráveis.

Em Petrolina, a Prefeitura realiza, entre outras ações, a busca ativa utilizando a van. Trata-se de um serviço móvel que percorre os bairros de Petrolina para realizar inscrições e atualizações de dados. Sua localização é amplamente divulgada nos canais oficiais da Prefeitura. Além disso, promove periodicamente mutirões para facilitar o acesso ao cadastro, garantindo que essas ações sejam amplamente divulgadas e acessíveis a todos os municípios.



X - Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são unidades públicas municipais que integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Localizados em áreas de maior vulnerabilidade e risco social, esses centros têm a missão de prestar serviços socioassistenciais de proteção básica às famílias e indivíduos, além de articular esses serviços em seus territórios. Qualquer pessoa que se encontre em situação de vulnerabilidade social ou que precise de apoio em questões relacionadas à assistência social, pode procurar atendimento.

Especificamente em relação à segurança alimentar e nutricional, os CRAS desempenham um papel crucial, uma vez que essa demanda frequentemente se manifesta nessas unidades. Neste sentido, o foco é identificar e acompanhar famílias em situação de vulnerabilidade alimentar, facilitando o acesso a programas de assistência social, como o Bolsa Família, e promovendo benefícios eventuais para ajudar na superação da vulnerabilidade social.

Além disso, através das ofertas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), operacionalizado pelo CRAS, é possível fortalecer os vínculos familiares e prevenir a ruptura desses laços, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos assistidos. As atividades incluem acompanhamento sociofamiliar, orientação para grupos de convivência, apoio emergencial temporário, como a distribuição de cestas básicas, e a emissão de documentos. Adicionalmente, há a possibilidade de integrar ações de educação alimentar e nutricional para a promoção da saúde, além de viabilizar o acesso aos alimentos e fortalecer as famílias. Isso pode ser feito por meio de oficinas de alimentação saudável, palestras com nutricionistas e incentivos à criação de hortas comunitárias, onde as famílias aprendem sobre cultivo e consumo de alimentos frescos.

Nesse sentido, a distribuição de materiais informativos e a articulação com programas sociais, como o PAA, também são essenciais para garantir acesso a alimentos nutritivos.

Quadro 1 - Rede socioassistencial de execução pública de Petrolina, separada por bairros.



Bairro	Unidade	Serviço	Execução
Centro	1 CREAS	Proteção e Atendimento Especializado em Famílias e Indivíduos e Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.	Pública
Sigilos	2 Casas de Acolhimento	Proteção e Atendimento Especializado a crianças proporcionando Proteção Social Especial.	Pública
Vila Eduardo	1 Centro Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Pública
Zona urbana e zona rural	10 CRAS	Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Pública



Jardim Maravilha	Abrigo Municipal	Acolhimento institucional	Pública
Vila Eduardo	2 Centros de Convivência Para Idosos	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Pública
Quati			

Legenda: CRAS: Centro de Referência da Assistência Social; CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

FONTE: Adaptado de Petrolina (2025).

2.2.3 Equipamentos, programas e ações desenvolvidos pela Secretaria de Educação

A alimentação escolar no município de Petrolina desempenha um papel essencial na promoção de hábitos alimentares saudáveis e no estímulo à permanência dos alunos na escola. O município se destaca pela organização e pela abrangência no atendimento à rede escolar, contemplando diversas unidades e programas voltados para:

- Educação Infantil (creche e pré-escola);
- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais);
- Educação de Jovens e Adultos (EJA). Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) Petrolina conta com 47 unidades de CMEIs, que atendem crianças de 0 a 5 anos. Nesses centros, a merenda escolar é cuidadosamente planejada para garantir uma alimentação nutricionalmente balanceada, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças. Programa Nova Semente: O Programa Nova Semente é uma iniciativa de destaque na educação infantil do município, com 88 unidades que acolhem crianças de 0 a 3 anos. Nesses centros são oferecidas cinco refeições diárias: café da manhã, lanche, almoço, lanche da tarde e jantar. A variedade e frequência das refeições asseguram uma alimentação adequada, favorecendo o crescimento saudável e o aprendizado das crianças.



Escolas Regulares: A rede municipal de Petrolina é composta por 78 escolas regulares que atendem alunos do Ensino Fundamental. Nessas instituições, são oferecidos dois lanches diárias um no turno da manhã e outro no da tarde. Além disso, 15 dessas escolas contam com turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nas quais é disponibilizada uma refeição no período noturno. O objetivo é garantir que todos os estudantes estejam bem alimentados, com energia e disposição para o aprendizado ao longo do dia. Escolas de Tempo Integral – PMEI As escolas de tempo integral são um dos grandes diferenciais do sistema educacional de Petrolina. Atualmente, o município conta com 20 unidades nesse formato, sendo:

- 4 EMEITIs (Escolas Municipais de Educação Infantil de Tempo Integral), que oferecem cinco refeições diárias;
- 16 EMETIs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Tempo Integral), que fornecem três refeições por dia: lanche da manhã, almoço e lanche da tarde. O modelo de tempo integral proporciona uma jornada escolar estendida, o que demanda uma alimentação contínua e equilibrada, fundamental para manter os alunos bem nutridos, concentrados e engajados nas atividades educacionais.

3. PROGRAMAS E AÇÕES NO MUNICÍPIO

Secretaria de Educação

Programa Saúde na Escola: O município de Petrolina conta atualmente com 110 escolas pactuadas no Programa Saúde na Escola (PSE), uma importante política pública intersetorial desenvolvida em parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação. O PSE tem como objetivo promover a saúde e o bem-estar dos estudantes da rede pública, por meio da integração de ações de educação e saúde, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a melhoria da qualidade de vida no ambiente escolar. As atividades são realizadas ao longo do ano letivo e seguem os temas obrigatórios definidos pelo Ministério da Saúde, conforme pontuação no programa. Os temas abordados nas ações do PSE em Petrolina são:

I. Saúde Ambiental

II. Promoção da Atividade Física



- III. Alimentação Saudável e Prevenção da Obesidade
- IV. Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos
- V. Prevenção das Violências e dos Acidentes
- VI. Prevenção de Doenças Negligenciadas
- VII. Verificação da Situação Vacinal
- VIII. Saúde Sexual e Reprodutiva
- IX. Prevenção ao Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas.
- X. Saúde Bucal
- XI. Saúde Auditiva
- XII. Saúde Ocular
- XII. Saúde Mental

Por meio de ações educativas, triagens, atividades práticas, palestras e orientações, o PSE visa fortalecer a promoção da saúde nas escolas, incentivando a adoção de hábitos saudáveis, a prevenção de doenças e o acesso aos serviços de saúde.

Hortas Pedagógicas: as hortas pedagógicas são espaços educativos cultivados nas escolas com a participação de estudantes, professores e comunidade. Estas atuam promovendo o aprendizado prático, a consciência ambiental e o incentivo à alimentação saudável.

Além de seu papel educativo e ambiental, as hortas pedagógicas contribuem para o desenvolvimento de competências socioemocionais nos estudantes, como responsabilidade, paciência, trabalho em equipe e senso de pertencimento. Elas oferecem oportunidades para a vivência de projetos interdisciplinares, nos quais os alunos podem planejar, semear, cultivar e colher, acompanhando todo o ciclo de produção dos alimentos. Esse acompanhamento reforça conceitos de sustentabilidade, como compostagem,



aproveitamento de resíduos orgânicos e uso consciente da água. Ao integrar a comunidade escolar e local, as hortas pedagógicas também fortalecem a cultura alimentar regional, valorizando práticas tradicionais de cultivo e promovendo a troca de conhecimentos entre gerações, incentivando hábitos saudáveis que podem se estender para além do ambiente escolar.

Objetivos

- Integrar o conteúdo curricular com práticas sustentáveis e interdisciplinares.
- Estimular hábitos alimentares saudáveis desde a infância;
- Despertar a consciência ecológica e o respeito à natureza;
- Contribuir com a merenda escolar com alimentos frescos e orgânicos;
- Fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade. Implantação do projeto.

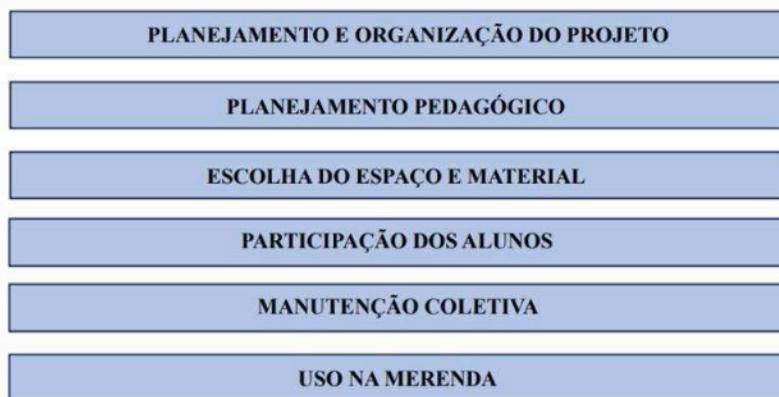
Conteúdos Trabalhados

- Ciências naturais (ciclo das plantas, compostagem, biologia do solo)
- matemática (medidas, contagem, área do canteiro)
- Educação ambiental
- Saúde e nutrição
- Trabalho em equipe e cidadania Benefícios
- Melhoria da alimentação e da qualidade de vida dos estudantes.
- Combate ao desperdício e incentivo à compostagem.
- Desenvolvimento de habilidades socioemocionais.
- Redução do consumo de alimentos ultraprocessados.



- Educação ambiental na prática.

Figura 5- Etapas para Implementação de Projeto Pedagógico de Hortas Escolares



Fonte: elaborado pelo autor/ SEDUC.

Atendimento a Alunos com Necessidade de Alimentação Especial Em conformidade com a Lei Federal nº 11.947/2009, alterada pela Lei nº 12.982/2014, os alunos com condições de saúde específicas que exigem alimentação individualizada têm o direito garantido a um atendimento personalizado, com cardápios adaptados conforme orientações médicas e nutricionais. No município de Petrolina, esse direito é assegurado com qualidade. Os estudantes da rede municipal de ensino recebem alimentação escolar diferenciada, elaborada para atender suas necessidades alimentares especiais. Os cardápios incluem opções como fórmulas infantis, bebidas vegetais, biscoitos sem glúten, alimentos integrais, e itens sem lactose, entre outros produtos adequados a cada caso. Esse trabalho é coordenado por uma equipe técnica de nutricionistas, que atua de forma integrada com as escolas, professores, cozinheiros e famílias dos alunos. O atendimento é individualizado, respeitando as especificidades de cada estudante. Além disso, são realizadas visitas técnicas, distribuição de alimentos específicos e ações de educação nutricional.



3.1.1 Testes de Aceitabilidade

O Teste de Aceitabilidade é um instrumento essencial no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sua aplicação tem como finalidade verificar o nível de aceitação dos preparos alimentares oferecidos aos estudantes da rede pública municipal de ensino, contribuindo para a qualidade e efetividade da alimentação escolar. Os dados obtidos permitem ajustes no planejamento dos cardápios, favorecendo maior adesão dos alunos, respeitando hábitos alimentares e reduzindo o desperdício. Os registros dos testes de aceitabilidade são sistematicamente organizados e arquivados, permanecendo disponíveis para consulta pelos órgãos de controle e pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE, fortalecendo a transparência e o monitoramento das ações do PNAE no município. No município, a aplicação do teste é realizada periodicamente pela equipe técnica de nutrição, especialmente em casos de introdução de novos alimentos ou modificações nas preparações já existentes. São utilizados instrumentos padronizados de avaliação, como fichas com escalas hedônicas simples (por exemplo: "gostei muito", "gostei", "não gostei"), adequadas à faixa etária do público-alvo.

Avaliação Nutricional A Prefeitura de Petrolina, por meio da Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, desenvolve o Projeto de Avaliação Nutricional com o objetivo de acompanhar e promover a saúde alimentar dos estudantes da rede pública municipal. A rede atende crianças e adolescentes com idades entre 6 meses e 15 anos, abrangendo desde a educação infantil (creches e pré-escolas) até os anos finais do ensino fundamental. O projeto realiza ações como:

1 - Avaliação Antropométrica (peso, altura, IMC); 2 - Triagens nutricionais para identificação de casos de baixo peso, sobrepeso ou obesidade; 3 - Acompanhamento individualizado, quando necessário; 4 - Encaminhamentos para atendimento especializado na rede de saúde; 5 - Educação alimentar e nutricional por meio de oficinas, palestras e atividades lúdicas nas escolas. A iniciativa visa identificar precocemente situações de risco nutricional, contribuindo para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, além de orientar pais, professores e cuidadores sobre práticas alimentares adequadas. Essa ação está alinhada às diretrizes do Programa Saúde na



Escola (PSE) e reforça o compromisso do município de Petrolina com a promoção da saúde e o bem-estar dos estudantes.

Atividades de Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas A Educação Alimentar e Nutricional (EAN), quando direcionada não apenas aos estudantes, mas também aos seus familiares e aos profissionais da educação, exerce um papel fundamental na construção e disseminação de uma cultura alimentar saudável, tanto no ambiente escolar quanto no familiar. Essa abordagem ampliada e integrada fortalece a multiplicação de boas práticas alimentares e promove a conscientização contínua da comunidade escolar como um todo. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, por meio de sua equipe técnica de nutricionistas e estagiários de nutrição, desenvolve ações educativas utilizando materiais didáticos e lúdicos adaptados às diferentes faixas etárias dos alunos. Essa estratégia colaborativa contribui para o fortalecimento do vínculo entre escola e família, ampliando o alcance das ações de EAN e promovendo a autonomia e o protagonismo na adoção de hábitos alimentares mais saudáveis.

Manual de Manipuladores de Alimentos A implementação de um Manual de Boas Práticas nas cozinhas das escolas do município de Petrolina (PE) é fundamental para garantir a segurança alimentar, a saúde dos estudantes e a qualidade da merenda escolar. Esse manual é um documento técnico que estabelece normas e procedimentos higiênico-sanitários obrigatórios a serem seguidos por todos os manipuladores de alimentos, desde o recebimento até o preparo e a distribuição das refeições. Aqui estão alguns pontos que destacam a importância da sua adoção:

1. Garantia da Segurança Alimentar O manual orienta quanto à higiene pessoal dos manipuladores, à limpeza dos utensílios e à conservação adequada dos alimentos. Isso reduz riscos de contaminação cruzada e doenças transmitidas por alimentos (DTAs), protegendo a saúde dos alunos.
2. Padronização dos Processos Com procedimentos bem definidos, todas as escolas seguem os mesmos padrões de qualidade. Isso evita variações na forma como os alimentos são manipulados e contribui para uma alimentação mais segura e nutritiva.



3. Cumprimento das Legislações A ANVISA, por meio da RDC 275/2002, e as legislações municipais e estaduais de saúde pública exigem que estabelecimentos que lidam com alimentos possuam um Manual de Boas Práticas. A adoção do manual evita penalizações e garante a conformidade legal.

4. Valorização dos Profissionais

O manual também serve como instrumento de capacitação e valorização dos merendeiros(as) e cozinheiros(as), pois oferece diretrizes claras para o desempenho da função. Isso contribui para o reconhecimento do trabalho desses profissionais e para sua atuação mais consciente.

5. Melhoria da Qualidade Nutricional

Um ambiente controlado e bem higienizado permite melhor preservação dos alimentos e maior aproveitamento dos nutrientes. Isso influencia diretamente na saúde e no desempenho escolar das crianças e adolescentes.

6. Educação Alimentar e Ambiental A implementação do manual também pode ser um ponto de partida para ações de educação alimentar e sustentabilidade, como o aproveitamento integral de alimentos e o uso racional de recursos (água, energia, descartáveis).

Guia de Atendimento às Necessidades Alimentares Especiais

Toda criança tem o direito à alimentação adequada e segura, de acordo com suas necessidades. Este guia foi criado para ajudar os profissionais da escola a entenderem e atender com carinho e responsabilidade os alunos que têm restrições alimentares ou seguem dietas específicas por motivos de saúde. Nosso objetivo é garantir que todas as crianças se sintam incluídas, cuidadas e bem alimentadas.

O que são Necessidades Alimentares Especiais (NAE)? As Necessidades Alimentares Especiais se referem a situações em que uma criança não pode ou não deve consumir certos alimentos ou ingredientes. Isso pode acontecer por vários motivos: Problemas de saúde, como alergias, intolerâncias, diabetes ou dificuldades para engolir.



Como identificar as crianças com Necessidades Alimentares Especiais; para atender bem, é importante conhecer cada criança e entender suas necessidades.

Capacitação ao Conselho de Alimentação Escolar – CAE A capacitação do Conselho de Alimentação Escolar – CAE é de responsabilidade da entidade executora, conforme disposto na Resolução nº 06/2020 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No âmbito municipal, essa atividade é realizada anualmente pela equipe técnica de nutrição do Departamento de Planejamento da Educação (DPE), preferencialmente no início do ano letivo. Durante esse momento formativo, são apresentadas aos conselheiros orientações técnicas que possibilitam a compreensão das diretrizes e especificidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, além das condutas e procedimentos a serem observados nas visitas técnicas às unidades escolares. Essa ação visa fortalecer o papel fiscalizador do CAE e garantir a correta execução do programa no município.

Manual de Receitas e Medidas Caseiras para Alimentação Escolar O município de Petrolina, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e da equipe de nutricionistas responsáveis pela alimentação escolar, está desenvolvendo o Manual de Receitas do Cardápio Escolar, uma iniciativa que tem como objetivo padronizar e divulgar as preparações oferecidas nas escolas da rede pública municipal. O manual contempla receitas saudáveis, equilibradas e adaptadas às necessidades nutricionais dos estudantes atendidos desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), respeitando a diversidade cultural e alimentar da região. Além de orientar as equipes de merendeiras quanto ao modo de preparo, o manual inclui um guia prático de medidas caseiras, com o intuito de facilitar a compreensão das quantidades e proporções utilizadas nas receitas. Isso permite uma reprodução mais acessível e precisa, tanto nas unidades escolares quanto, eventualmente, pelas famílias em casa.

O manual será uma ferramenta importante para:

1 - Garantir a qualidade nutricional e o sabor das refeições; 2 - Padronizar os preparos em toda a rede de ensino; 3 - Incentivar hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes; 4 - Valorizar a alimentação escolar como parte fundamental do processo educativo. Essa ação está em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação



Escolar (PNAE) e reforça o compromisso do município com a segurança alimentar e nutricional dos alunos da rede municipal.

Mapeamento de escolas com necessidades nutricionais: Com o objetivo de promover a saúde e o bem-estar dos estudantes da rede pública, a Prefeitura de Petrolina, por meio da Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Secretaria de Educação, está realizando o Mapeamento das Escolas com Risco Nutricional. A iniciativa visa identificar escolas com maior incidência de crianças em situação de risco nutricional, como casos de desnutrição, sobre peso e obesidade, permitindo o planejamento de ações específicas e direcionadas para essas unidades.

O mapeamento é feito por meio de:

Avaliações antropométricas (peso, altura, IMC); 2 - Levantamento de dados em parceria com as equipes escolares e Unidades de Saúde; 3 - Análise de indicadores nutricionais por faixa etária. 4 - A partir dos dados coletados, o município poderá: 5 - Desenvolver ações de educação alimentar e nutricional focadas nas escolas com maior vulnerabilidade; 6 - Ajustar cardápios escolares, conforme as necessidades dos alunos; 7 - Encaminhar estudantes para acompanhamento individualizado, quando necessário; 8 - Monitorar os impactos das políticas públicas de alimentação escolar. O projeto reforça o compromisso de Petrolina com uma alimentação escolar de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes matriculados na rede municipal de ensino.

Secretaria de Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina vem se destacando por sua atuação abrangente e intersetorial, promovendo políticas públicas que asseguram o acesso universal, equitativo e integral aos serviços de saúde. Por meio de uma ampla rede de equipamentos e iniciativas, a gestão municipal busca atender com eficiência e humanização às necessidades da população, tanto na zona urbana quanto rural.



Rede de Atenção e Atendimento Especializado

Petrolina conta com uma estrutura sólida de Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), centros de especialidades e unidades móveis de saúde que percorrem as áreas rurais do município. Essa rede é reforçada por equipes multiprofissionais (nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, farmacêuticos), que garantem um cuidado contínuo e integral em todas as fases da vida. Em 2024, mutirões de atendimentos nutricionais foram realizados para reduzir a fila de espera, beneficiando moradores das zonas urbana e rural.

Programa Bora Petrolina

Desde 2023, o programa *Bora Petrolina* tem levado cidadania e saúde diretamente aos bairros e comunidades através de grandes mutirões itinerantes. Já foram realizados mais de 190 mil atendimentos, oferecendo serviços como consultas com especialistas (ginecologia, psiquiatria, geriatria, reumatologia), exames especializados, vacinação, atendimento odontológico, aferição de pressão e glicemia, além de orientação nutricional e práticas integrativas. O programa também garante ações de assistência social, emissão de documentos, educação e orientação jurídica.

Programa Saúde na Escola (PSE)

Em parceria com a Secretaria de Educação, o Programa Saúde na Escola promove ações contínuas voltadas ao bem-estar de crianças, adolescentes e jovens matriculados na rede pública. São realizadas atividades educativas sobre alimentação saudável, saúde bucal, saúde mental, sexualidade, vacinação, triagens de saúde e ações de prevenção, além do acompanhamento de estudantes com condições crônicas ou vulnerabilidades sociais. O PSE fortalece o vínculo entre comunidade escolar e as equipes de saúde, promovendo a saúde de forma participativa e educativa.

Educação em Saúde na Atenção Básica

A educação em saúde é uma prática cotidiana nas UBS de Petrolina, promovida por meio de grupos educativos, atividades em sala de espera, oficinas, campanhas temáticas (como outubro Rosa e novembro Azul), além de visitas domiciliares com foco



na orientação familiar. Essas ações contribuem para o autocuidado, prevenção de doenças e fortalecimento do vínculo entre profissionais e usuários do SUS.

Equipes Multiprofissionais e Atenção Humanizada

A atuação das equipes multiprofissionais nas UBSs garante um atendimento interdisciplinar, com ações coordenadas que envolvem planejamento conjunto, visitas domiciliares, ações de vigilância em saúde e promoção do autocuidado. O cuidado é compartilhado entre os profissionais, o que permite um acompanhamento mais qualificado, especialmente nos casos mais complexos.

Secretaria de Desenvolvimento Rural

Secretaria de Desenvolvimento Rural (SEDRU) de Petrolina desempenha um papel fundamental na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por meio de diversas ações que fortalecem a agricultura familiar, garantem o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis e fomentam o desenvolvimento rural integrado.

Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)

A SEDRU realiza atendimentos gratuitos para agricultores familiares interessados em se cadastrar no CAF, documento essencial para o acesso a políticas públicas voltadas ao setor, como crédito, assistência técnica e programas de comercialização. Além do atendimento na sede, a secretaria implementou o serviço itinerante do CAF, levando o cadastramento às comunidades rurais, facilitando o acesso dos produtores a esses benefícios.

Implantação de Hortas Comunitárias

Desde 2022, a SEDRU retomou o projeto de implantação de hortas comunitárias em parceria com agricultores familiares. Essas hortas promovem a produção local de alimentos, incentivam práticas agroecológicas e fortalecem a segurança alimentar nas comunidades.

Programa Água Boa



O Programa Água Boa é uma iniciativa da Prefeitura de Petrolina voltada para garantir o acesso à água potável às comunidades rurais que não são atendidas pela rede de abastecimento convencional. Coordenado pela gestão municipal, o programa funciona por meio da distribuição de água tratada em caminhões-pipa credenciados, que abastecem cisternas instaladas nas residências ou em pontos comunitários. A execução do programa envolve o cadastro das famílias em situação de vulnerabilidade hídrica, realizado em articulação com associações comunitárias e lideranças locais, a definição de rotas e cronogramas de abastecimento e o monitoramento da qualidade da água, assegurando que seja própria para o consumo humano. Além disso, a gestão acompanha e registra as entregas para garantir transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos. Trata-se de uma ação essencial para a Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que a disponibilidade de água potável é condição indispensável para o consumo seguro, o preparo dos alimentos e a promoção da saúde, contribuindo também para a permanência das famílias no meio rural e para a redução das desigualdades entre áreas urbanas e rurais.

Participação na Estratégia Alimenta Cidades

Petrolina aderiu à Estratégia Nacional Alimenta Cidades, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. A iniciativa visa fortalecer a agenda alimentar urbana e a soberania alimentar, integrando políticas públicas de SAN no município. Essas ações demonstram o compromisso da SEDRU em promover a segurança alimentar e nutricional, fortalecendo a agricultura familiar e garantindo o acesso a alimentos saudáveis para toda a população de Petrolina.



4. OFERTA E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E SOCIAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

	O que a cidade já conquistou	Em que ainda pode avançar*
Iniciativas do Poder Público	<ul style="list-style-type: none">• 01 Restaurante Popular• 1000 refeições/mês• Aquisição institucional de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA²• 35 entidades beneficiadas	<ul style="list-style-type: none">• Implementar Cozinhas Comunitárias;• Subsidiar instituições e iniciativas.
Iniciativas da Sociedade Civil	03 Cozinhas Solidárias 2 Cozinhas habilitadas (edital do MDS) ¹ 1 Cozinha mapeada (edital do MDS) ¹	

Fonte: Diagnóstico Alimenta Cidades 2024.

4.1 Oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e privados de abastecimento

	O que a cidade já conquistou	Em que ainda pode avançar*



Equipamentos	<ul style="list-style-type: none">• 01 Mercado Público• Há subsídio no preço dos alimentos• 01 Central de abastecimento• 01 Central de recebimento da Agricultura Familiar no Município <ul style="list-style-type: none">• Implementar sacolões ou quitandas públicas.	
Feiras livres	<ul style="list-style-type: none">• Feiras livres convencionais:• Fornece apoio técnico, administrativo e infraestrutura.• 01 feira livre com produtos orgânicos ou de base agroecológica:• Fornece apoio técnico e de infraestrutura. A feira fica em um polo destinado para comercializar apenas produtos orgânicos, há suporte técnico pela secretaria de agricultura.	

Fonte: Diagnóstico Alimenta Cidades 2024.



4.2 Espaços urbanos que incentivem escolhas alimentares saudáveis.

	O que a cidade já conquistou	Em que ainda pode avançar*
Regulação		<ul style="list-style-type: none">• Implementar ação de regulamentação de ambientes alimentares.
		<ul style="list-style-type: none">• Implementar ação de regulamentação de publicidade de alimentos.

4.3 Produção de alimentos saudáveis e sustentáveis nas cidades e em seu entorno

	O que a cidade já conquistou
Hortas	4 hortas em Serviços de Saúde 2 hortas na Rede Socioassistencial 6 hortas comunitárias



Apoio	<ul style="list-style-type: none">Atividades de fomento e incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica;Ações intersetoriais para viabilizar a compra de alimentos da agricultura familiar.Treinamentos para produção de base agroecológica;Assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares ou povos e comunidades tradicionais.
-------	--

Fonte: Diagnóstico Alimenta Cidades 2024.

4.4 Produção de alimentos saudáveis e sustentáveis nas cidades e em seu entorno

O que a cidade já conquistou	Em que ainda pode avançar*
<ul style="list-style-type: none">Mais de 05 iniciativas de AUP em execução/ apoio;Secretarias envolvidas: Secretaria de Assistência Social, Agricultura e Educação;Instância administrativa formalizada específica para AUP;A prefeitura apoia as iniciativas de AUP, fornecendo ferramentas e maquinários, sementes e/ou mudas, assistência técnica, construção de canteiros e outras infraestruturas, compra de produtos produzidos por agricultores urbanos, espaços para distribuição e	<ul style="list-style-type: none">Política ou programa municipal de AUP;Lei para AUP;Realizar ações para ocupação de terrenos vazios com AUP;Conduzir ações de promoção da agroecologia, dentro das práticas de AUP.



<p>comercialização dos produtos e mobilização/ articulação com produtores;</p> <ul style="list-style-type: none">• Os seguintes instrumentos de planejamento ou programas do município contemplam apoio ou execução de iniciativas de AUP: Plano ou Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;• A prefeitura adquire os alimentos da agricultura urbana;• Instituições parceiras: Universidades e instituições de pesquisa, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), associações, coletivos e/ou movimentos sociais.	
---	--

Fonte: Diagnóstico Alimenta Cidades 2024.

4.5 Redução das perdas e desperdícios de alimentos

O que a cidade já conquistou	Em que ainda pode avançar*
<p>01 Banco de Alimentos - SESC¹.</p> <p>O município realiza ação, programa ou política de regulamentação de perdas e desperdícios de alimentos</p>	<p>Disponibilizar recursos para gestão, custeio e manutenção.</p>

Fonte: Diagnóstico Alimenta Cidades 2024.



4.6 Educação alimentar e nutricional, comunicação e informação sobre alimentação adequada e saudáveis

O que a cidade já conquistou

O que a cidade já conquistou

- ✓ Realiza ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN);
- ✓ Promove campanhas de comunicação sobre alimentação saudável nas escolas;
- ✓ Desenvolve ações para promover alimentação saudável para a juventude;
- ✓ Oferta capacitações sobre alimentação saudável para Profissionais da assistência social, da Segurança Alimentar e Nutricional, da Saúde e Educação, comerciantes e produtores de alimentos
- ✓ Utiliza o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional e os Guias Alimentares para ações e programas nas políticas públicas;
- ✓ Incentiva e realiza eventos relacionados à cultura alimentar;

Realiza oficinas culinárias ou outras atividades para estimular o hábito de cozinhar nas escolas e creches.

Fonte: Diagnóstico Alimenta Cidades 2024.

4.7 Articulação intersetorial entre as áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional e saúde, entre outras

O que a cidade já conquistou



- Realiza ações de SAN para pessoas em situação de rua no Centro Pop, Casa de Acolhimento, Projeto Bora Petrolina e no CRAS nas comunidades.
- Possui protocolos e fluxos de cuidado integrado entre a saúde, educação e assistência social por meio do Projeto Bora Petrolina (contempla vários setores e serviços) e o CRAS nas comunidades e CRAS volantes;
- Realiza ações para as famílias em situação de INSAN: identificação das famílias e posterior referenciamento para receber cestas básicas. São realizadas ações de EAN para ajudar como incremento financeiro, avaliação nutricional e inquéritos alimentares;
- Existem parâmetros de qualidade das refeições alinhados ao Guia Alimentar para a População Brasileira nos editais de contratação de serviços de ofertas de refeições para as unidades socioassistenciais do município;
- Existe integração de dados e informações do SUAS e do SUS para ações de acompanhamento das pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- Existe fluxo de trabalho ou parceria estabelecido para atendimento dos usuários da rede direta ou indireta da assistência social nos restaurantes populares/cozinhas solidárias;
- Realiza doações de alimentos na forma de cestas de alimentos à população em situação de insegurança;
- Realiza ações de educação permanente/capacitação aos profissionais e gestores que atuam na área da Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte: Diagnóstico Alimenta Cidades 2024.



4.8 Apoio à Rede Urbana de Alimentação Saudável

O que a cidade já conquistou	Em que ainda pode avançar*
<p>Articulação com redes relacionadas com SAN:</p> <ul style="list-style-type: none">• Participa do LUPPA (1ª Edição);• ICLEI (Associado desde 2021);• Treinamento de produção com base agroecológica em parceria com a Universidade.	<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer parcerias com outros entes federativos.

Fonte: Diagnóstico Alimenta Cidades 2024.



8. ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PETROLINA

8.1 Metodologia e cronograma de elaboração do PLAMSAN

A construção do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Petrolina visa consolidar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no município, conforme diretrizes da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei Municipal nº 3.687/2024) e alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável.

A metodologia adotada parte da realidade local e considera as especificidades territoriais, sociais e econômicas de Petrolina, além de respeitar a diversidade cultural do Semiárido e os desafios enfrentados por populações urbanas, rurais, ribeirinhas e tradicionais.

Etapas da Metodologia:

8.2 Diagnóstico Situacional Local

Levantamento de dados socioeconômicos, nutricionais, produtivos e de acesso à alimentação, considerando as populações em situação de vulnerabilidade e os principais indicadores de insegurança alimentar e nutricional no município.

Mapeamento de Ações e Programas Existentes

Identificação das políticas, programas e ações em execução nos âmbitos da saúde, educação, assistência social, agricultura e meio ambiente que dialogam com a agenda de SAN.

Fortalecimento da Governança

Atuação articulada entre a CAISAN Petrolina (Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional) e o COMSEA Petrolina (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional), com reuniões mensais e processos decisórios participativos, garantindo o controle social.



1. Mobilização Intersetorial e Participativa

Realização de oficinas temáticas, escutas públicas e reuniões ampliadas com representação da sociedade civil, gestores, agricultores familiares, nutricionistas, lideranças comunitárias e outros atores envolvidos na agenda de SAN.

2. Definição de Eixos, Objetivos e Metas

Organização do Plano em eixos estratégicos definidos a partir das necessidades locais, com objetivos específicos, metas mensuráveis e ações previstas para o quadriênio. Os eixos dialogarão com temas como: acesso à alimentação adequada, fortalecimento da agricultura familiar, promoção da alimentação saudável, combate à fome, educação alimentar e nutricional, segurança hídrica e sustentabilidade ambiental.

3. Monitoramento Avaliação e Transparência

Elaboração de indicadores claros e periódicos de acompanhamento da execução do plano, com divulgação pública de relatórios e espaços de avaliação participativa.

4. Capacitação e Produção de Conhecimento

Promoção de ciclos de formação para técnicos e conselheiros sobre a temática de SAN, além de incentivo à produção de dados e sistematização de boas práticas locais.

Essa metodologia considera ainda os aprendizados acumulados com as ações mais recentes implementadas pelo município no campo da segurança alimentar, como o fortalecimento do Restaurante Popular, a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as ações de educação alimentar e nutricional e a ampliação do diálogo com a agricultura familiar.



9. DIAGNÓSTICO DE SAN EM PETROLINA

A insegurança alimentar está fortemente associada a fatores como baixa escolaridade, renda per capita reduzida, participação em programas de transferência de renda e número elevado de moradores por domicílio. Em Petrolina, a expansão do agronegócio, voltado para exportações, tem contribuído para o aumento dos preços dos alimentos básicos, agravando a insegurança alimentar entre as populações mais vulneráveis.

O município de Petrolina, até o momento, não conta com uma base de dados unificada que possibilite a construção de um perfil detalhado da Insegurança Alimentar (IA) no território. As informações existentes, relacionadas direta ou indiretamente à IA, são coletadas de forma descentralizada por diferentes secretarias e setores, abrangendo indicadores como renda, condições de vida e estado nutricional.

Quadro 2 - Estimativa de Famílias em Insegurança Alimentar em Petrolina

Nível de Insegurança Alimentar	Percentual estimado (Nordeste)	Estimativa em Petrolina (famílias)
Insegurança Alimentar Leve	25,4%	15.820 famílias
Insegurança Alimentar Moderada	10,1%	6.296 famílias
Insegurança Alimentar Grave	18,1%	11.284 famílias
Total em Insegurança Alimentar	53,6%	33.400 famílias



Total de famílias no CadÚnico	-	62.300 famílias
-------------------------------	---	-----------------

Fonte: Estimativas elaboradas com base nos dados do Cadastro Único (CadÚnico) – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024) e no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (Rede PENSSAN, 2022).

Metodologia

Para estimar o número de famílias em situação de insegurança alimentar no município de Petrolina, foram utilizados dados secundários de fontes oficiais. O principal banco de dados considerado foi o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), por meio da ferramenta TAB-CAD, que apresentou, para o ano de 2024, um total de aproximadamente 62.300 famílias cadastradas em Petrolina. Dentre essas, 24.500 se encontram em situação de extrema pobreza (renda per capita mensal de até R\$ 105) e 12.600 em situação de pobreza (até R\$ 210).

Como o CadÚnico não possui um indicador direto de insegurança alimentar, utilizou-se como referência os percentuais encontrados no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, realizado pela Rede PENSSAN em 2022. Essa pesquisa revelou que, na região Nordeste, 25,4% das famílias viviam em insegurança alimentar leve, 10,1% em insegurança alimentar moderada e 18,1% em insegurança alimentar grave, totalizando 53,6% das famílias em algum nível de insegurança alimentar.

Esses percentuais regionais foram aplicados à população cadastrada no CadÚnico de Petrolina como uma forma de estimar a prevalência local da insegurança alimentar entre as famílias em situação de vulnerabilidade social. Essa estratégia metodológica é comum em estudos exploratórios e diagnósticos situacionais quando não se dispõe de dados primários específicos por município.

É importante destacar que se trata de uma estimativa, cuja precisão pode ser aprimorada com a realização de inquéritos locais ou com a consolidação de dados



intersetoriais provenientes da assistência social (CRAS e CREAS), da saúde e da educação, entre outras fontes.

Para enfrentar essa situação, o município tem implementado ações como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra produtos da agricultura familiar para distribuição a famílias em situação de vulnerabilidade, e o fortalecimento de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional. Além disso, iniciativas como a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMsan) demonstram o compromisso de Petrolina em promover o direito humano à alimentação adequada e combater a fome de forma intersetorial e participativa.

Além disso, foram consideradas bases de dados de ações e programas coordenados pelo MDS, a exemplo de informações relativas a equipamentos de segurança alimentar e nutricional, sendo ainda incorporado o diagnóstico sobre Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), realizado pela CGAUP/DESAU/SESAN/MDS.

O município possui cerca de 414.083 habitantes¹ R\$ R\$ 22.244,46 PIB per capita² (2917º do ranking nacional) Nível de Pobreza - médio³ (28,0% da pop.) Posição no Ranking dos ODS: 1640⁴ Nota geral Ivcad: 0,2885 (0,294 - média nacional) Ivcad - Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único: identifica situações de vulnerabilidade social a partir das informações presentes no CadÚnico. Ranking dos ODS - O IDSC-BR apresenta uma avaliação abrangente da distância para se atingir as metas dos ODS nos 5.570 municípios brasileiros, usando os dados mais atualizados disponíveis em fontes públicas e oficiais do Brasil.

Através do mapeamento de desertos e pântanos alimentares, realizado com base na metodologia da Estratégia Alimenta Cidades, foi possível identificar as áreas do município tanto na zona urbana quanto na zona rural que apresentam maior vulnerabilidade no acesso a alimentos saudáveis. Esse diagnóstico é fundamental para nortear as intervenções e políticas públicas, evidenciando os territórios que mais necessitam da implantação de equipamentos e ações voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).



O mapeamento de desertos e pântanos alimentares, realizado a partir da metodologia da Estratégia Alimenta Cidades, constitui-se em um instrumento estratégico para a gestão da política municipal de SAN. A análise espacial possibilita identificar, com base em evidências, as áreas urbanas e rurais onde há maior dificuldade de acesso físico e econômico a alimentos adequados e saudáveis, seja pela ausência de estabelecimentos que ofertem frutas, verduras e outros produtos in natura, seja pela predominância de pontos de venda de ultraprocessados. Esse diagnóstico vai além da simples constatação da oferta alimentar, pois permite compreender como a distribuição desigual dos equipamentos, dos mercados e das feiras impacta de forma direta a qualidade da dieta da população, especialmente entre os grupos mais vulneráveis social e economicamente.

A partir desse levantamento, torna-se possível planejar de maneira mais direcionada as ações de implantação ou fortalecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, feiras livres, hortas urbanas e periurbanas, bem como estimular a articulação com a agricultura familiar local. Além disso, o diagnóstico fornece subsídios para a integração das políticas públicas, orientando o planejamento urbano, as estratégias de desenvolvimento rural sustentável, a política de abastecimento alimentar e os programas sociais. Dessa forma, a identificação dos desertos e pântanos alimentares não apenas evidencia as desigualdades existentes, mas também fortalece a capacidade do município de atuar de maneira preventiva e estruturante, promovendo um ambiente alimentar mais justo, saudável e acessível para toda a população.

Além disso, o mapeamento contribui para o monitoramento contínuo da situação alimentar no município, permitindo avaliar a efetividade das ações implementadas ao longo do tempo. Dessa forma, cria-se uma base sólida de informações que orienta decisões mais assertivas e favorece a participação social no processo de construção de um sistema alimentar mais equitativo e sustentável.

Abaixo segue imagens mostrando os filtros utilizados para o mapeamento:



Figura 6 - Panorama da Insegurança Alimentar e Pobreza em Petrolina (Indicadores de Pântanos Alimentares)



Fonte: Diagnóstico Alimenta Cidades 2024.

Figura 7- Panorama da Insegurança Alimentar e Pobreza em Petrolina (Indicadores de Desertos Alimentares)



Fonte: Diagnóstico Alimenta Cidades 2024.



10. DIRETRIZES DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAN

As discussões foram organizadas a partir das questões contidas no caderno de orientação enviado pelo COMSEA estadual, para elaboração das propostas dos seguintes eixos:

I. Contexto da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – SSAN.;

II. Políticas Públicas de SAN.;

III. Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Foram abordadas questões relacionadas à interlocução entre programas sociais e o combate à fome; diretrizes da EAN dentro do Sistema Público de Segurança Alimentar e Nutricional, e os caminhos para conscientizar a população sobre uma melhor alimentação. Inscreveram-se para participar da Conferência 78 pessoas entre estudantes, trabalhadores da política de assistência social, representantes de organizações atuantes na política de segurança alimentar, trabalhadores da política de saúde e educação e representantes da sociedade civil (usuários e associações).

Objetivo geral: Ampliar e fortalecer o controle social tendo em vista as diferentes vozes que atuam no campo de SSAN em Pernambuco, garantindo a preservação e ampliação de programas e políticas de SAN bem como fortalecimento do SISAN e SESANS.

Objetivos específicos:

1 – Identificar os principais desafios oriundos da atual conjuntura, analisando seus impactos para efetivação e consolidação do SISAN/SESANS e das Políticas Públicas de SAN;

2 – Traçar ações e estratégias fundamentais para a efetivação e consolidação do SISAN/SESANS e das Políticas Públicas do SAN;

3 – Construir estratégias que fortaleça e amplie a participação e o controle social, valorizando as vozes dos territórios; 4 – Analisar as implicações na relação bipartide de modo a garantir o fortalecimento do SISANS e a efetivação do DHANA.



As discussões foram organizadas em 3 eixos temáticos, a partir dos desafios estabelecidos no caderno preparativo, e conduzidas por 3 moderadores e registradas por 3 relatores. Ao final, cada eixo deliberou até cinco propostas ao nível estadual e 5 propostas a nível nacional, as quais foram apresentadas na plenária final a todos os participantes. Adiante, apresenta-se o resumo / relato dos trabalhos de cada eixo:

EIXO 1 – Contexto da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – SSAN.
Moderadora: Eliete Ferreira, Relator: Matheus Peixoto, Horário de início dos trabalhos: 12h40. Horário do fim dos trabalhos: 14h10. Número de participantes: 7. Processo de votação: por maioria simples. Os participantes foram divididos em 2 subgrupos de acordo com os seguintes desafios:

I – Quais vozes, coletar que atuam no município/território no campo da Soberana e Segurança Alimentar e se diferenciam do DHANA? Quais as dificuldades e desafios vivenciados? O que está sendo feito para enfrentá-los?

II – SAN e as mulheres estão grupos, fóruns, coletivo de mulheres envolvidos direta ou indiretamente com as questões relacionadas na SAN com DHANA? Quais as conquistas e desafios? O que precisa ser melhorado, aperfeiçoado? Como avalia a representação e participação das mulheres no espaço de controle social e no poder público?

III – A Violação do Direito Humano e Alimentação, a questão da água, agrotóxico. Questões climáticas: secas, enchentes e o direito a alimentação. A comida de verdade.

IV – Povos e Comunidades tradicionais. A fome antes, durante e depois da pandemia.

V – A fome antes, durante e depois da pandemia. O acesso ao alimento para os grupos vulneráveis, ação da sociedade civil e poder público. Lições aprendidas e o que pode ser melhorado.

PROPOSTAS A NÍVEL ESTADUAL

Proposta 1



Fomentar a educação alimentar e nutricional nos equipamentos públicos de SSAN, como: Cozinhas comunitárias, hospitais, escolas, universidades;

Proposta 2

Desenvolver políticas efetivas para mulher nos seus diversos grupos;

Proposta 3

Efetivar política municipal de agroecologia e produção orgânica- Lei Municipal N° 3.262/2019 ODS DA ONU – ODS 2 (FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL);

Proposta 4

Resgatar a cultura alimentar dos grupos tradicionais, bem como, o fortalecimento das compras institucionais;

Proposta 5

Implementar orçamento público com olhar voltado para SAN e Políticas intersetoriais.

PROPOSTAS A NÍVEL NACIONAL

Proposta 1

Implementar políticas voltadas para agroindústrias familiares;

Proposta 2

Viabilizar o fornecimento de água potável para população em geral;

Proposta 3

Regulamentar o ambiente alimentar nos entornos das escolas.

EIXO 2 – Políticas Públicas de SAN. com os seguintes desafios:



I – Cozinhas Comunitárias: Processo de implantação e execução a participação da sociedade civil organizada e do CONSEA municipal, onde tem? O que pode ser presado para que o acesso a cozinha seja dos mais vulneráveis? Existe uma interligação entre a cozinha outros equipamentos de SAN?

II – Equipamentos Públicos de SAN presente no município. Quais existem e as condições de funcionamento? Atendem público mais vulnerável e ao público próprio da SAN? Existe uma interseção entre os equipamentos existente? Quais as maiores limitação e dificuldades desses equipamentos? O que poderia ser melhorado?

III – Tem um processo permanente de Educação Alimenta e Nutricional nesses equipamentos nas escolas públicas?

IV – O que pode ser feito para que os titulares de direitos de SAN compreendam a alimentação enquanto direito?

PROPOSTAS A NÍVEL ESTADUAL

Proposta 1

Buscar mais investimento por parte do poder público, com o intuito de implantar mais equipamentos tais como cozinhas comunitárias, com a necessária reestruturação da legislação para que se adeque às exigências para adesão e vinda dos recursos;

Proposta 2

Construção de equipamentos públicos de SAN que favoreçam a distribuição de alimentos para a alimentação escolar, bem como equipamentos com estrutura para o abate de animais de grande e pequeno porte e aves que fomentem essa produção em nossa região;

Proposta 3

Propor às redes públicas de ensino que estabeleçam em seus documentos curriculares disciplinas voltadas à educação alimentar e nutricional como forma de



contemplar uma proposta de educação permanente e continuada, levando em consideração o contexto social dos alunos e suas famílias;

Proposta 4

Garantir o acesso à água tratada livre de contaminantes para todos, sendo condição indispensável para a efetivação das políticas públicas de SAN, tendo em vista que a água é essencial para garantir a qualidade da vida.

I – Existe os componentes do sistema no seu município? O que pode ser melhorado na relação entre componentes de SAN e o que pode ser potencializado? Onde não tem, o que precisa ser feito para implementá-lo? Corretamente como mobilizar a sociedade civil e governo para essa tarefa?

II – Quais os limites e reais possibilidades no fortalecimento da intersetorialidade e a relação do SISAN com SUAS e SUS?

III – O que pode ser proposto para que os espaços de representação (Conferência e CONSEA's) do sistema tenha uma maior e representação das diferentes vozes que atuam no município e estado?

IV – Em nível de sustentabilidade do sistema em especial os CONSEA's o que está sendo feito e o que ser feito nessa perspectiva?

V – Quais desafios e sugestões na relação bipartide (estado-município x município-estado) que envolvem CONSEA's e CAISAN's?

VI – A reorganização do SISAN a nível municipal, estadual e nacional exigiram até aqui uma resistência propositiva? E agora que SISAN e SESANS queremos considerando os novos contextos e conjunturas estadual e nacional?

PROPOSTAS A NÍVEL ESTADUAL

Proposta 1



Elaboração e implementação de mecanismos para a efetivação de ações coletivas para a promoção da participação social; (Feiras públicas para apresentação de produtos da agricultura familiar e para divulgar as ações que estão sendo feitas na área de SAN;

Proposta 2

Qualificar a intersetorialidade e a participação social na governança no âmbito das ações de Segurança Alimentar e Nutricional;

Proposta 3

Apoio técnico e orçamento público para implantação de cozinhas comunitárias;

Proposta 4

Fortalecer as ações de Educação Alimentar e Nutricional no cotidiano escolar da primeira infância ao ensino médio;

Proposta 5

Elaboração de um sistema unificado para alimentar com as informações da população em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional que possa ser acessado e preenchido pelas secretarias relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional e para que a sociedade tenha acesso.

PROPOSTAS A NÍVEL NACIONAL

Proposta 1

Ampliar compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo o direito humano à alimentação adequada e saudável, a participação social e a gestão intersetorial;

Proposta 2

Construir leis de exigibilidade para o direito humano à alimentação adequada junto às políticas públicas de SAN;



Proposta 3

Criar um fundo financeiro para garantir alimentos saudáveis para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e com necessidades nutricionais especiais;

5 propostas mais votadas e escolhidas ao final foram:

PROPOSTAS A NÍVEL ESTADUAL

Proposta 1

Buscar mais investimento por parte do poder público, com o intuito de implantar mais equipamentos tais como cozinhas comunitárias, com a necessária reestruturação da legislação para que se adeque às exigências para adesão e vinda dos recursos;

Proposta 2

Desenvolver políticas efetivas para mulher nos seus diversos grupos;

Proposta 3

Propor às redes públicas de ensino que estabeleçam em seus documentos curriculares disciplinas voltadas à educação alimentar e nutricional como forma de contemplar uma proposta de educação permanente e continuada, levando em consideração o contexto social dos alunos e suas famílias;

Proposta 4

Construção de equipamentos públicos de SAN que favoreçam a distribuição de alimentos para a alimentação escolar, bem como equipamentos com estrutura para o abate de animais de grande e pequeno porte e aves que fomentem essa produção em nossa região;

Proposta 5

Viabilizar o fornecimento de água potável para população em geral.



PROPOSTAS A NÍVEL NACIONAL

Proposta 1

Implementar políticas voltadas para agroindústrias familiares;

Proposta 2

Viabilizar o fornecimento de água potável para população em geral;

Proposta 3

Regulamentar o ambiente alimentar nos entornos das escolas.

8. DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO I PLAMsan

O I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é um instrumento para consulta e monitoramento das ações planejadas para a promoção e garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no município de Petrolina. Ele é composto por seis diretrizes, que têm como base e são adaptadas das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e estão listadas a seguir.

Diretriz 01: Produção, abastecimento e comercialização de alimentos saudáveis;

Diretriz 02: Acesso à alimentação adequada;

Diretriz 03: Educação Alimentar e Nutricional (EAN);

Diretriz 04: Sustentabilidade, cultura alimentar e valorização da diversidade;

Diretriz 05: Monitoramento, avaliação e controle social;

Diretriz 06: Formação e pesquisa em segurança alimentar e nutricional (SAN);

Diretriz 07: Fortalecer a resiliência das populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas;



Diretriz 08: Acesso à água para consumo humano e produção de alimentos.

Cabe ressaltar que a mesma ação estratégica poderá contribuir direta ou indiretamente para mais de um eixo ou diretriz, mas que para fins de organização optou-se por apresentá-la uma única vez.

As diretrizes, seus respectivos eixos temáticos, ações estratégicas, metas anuais, responsáveis e orçamento estão detalhados a seguir:



Tabela 2- Diretrizes, metas e ações do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

EIXOS TEMÁTICOS E METAS PARA O PLAMsan 2025–2029			
PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS			
OBJETIVO	META	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO
Ampliar e fortalecer a produção local de alimentos saudáveis por meio da agricultura familiar e agroecológica	2026: Feira da Agricultura Familiar nos Bairros – Programa municipal itinerante que instala, semanalmente, feiras em comunidades com baixo acesso a alimentos frescos, priorizando produtos orgânicos e agroecológicos, com participação direta de agricultores de Petrolina;	SDRU, SAS e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Petrolina	Estimativa Anual: R\$ 150.000 (custeio operacional, infraestrutura básica, logística e divulgação). Recursos: Municipais, emendas parlamentares.



	2025: Estabelecer pelo menos 1 cozinha comunitária com apoio da agricultura familiar;		Operacional Anual: R\$ 100.000 (insumos, pessoal, manutenção). Recursos: Municipais, estaduais, federais (ex: MDS).
	2026: Garantir que 40% da alimentação de programas públicos (PAA, PNAE, Restaurante Popular) seja proveniente da produção local.	SAS	Recursos existentes dos programas (PAA, PNAE, RP) com fomento à agricultura familiar. Possível adicional para assistência técnica aos produtores (R\$ 50.000/ano).
	2026-2028: Realizar campanhas de incentivo à produção e aquisição de alimentos provenientes da	SAS e SDRU	Estimativa Anual: R\$ 80.000 (materiais de divulgação,



	agricultura familiar, especialmente de produção orgânica e agroecológica; (Transição /Lei).		eventos, pessoal). Recursos: Municipais, parcerias.
	2026-2027: Apoiar a criação de grupos produtivos agroecológicos protagonizados por mulheres, juventudes e povos e comunidades tradicionais.	SDRU e SAS	Estimativa Anual: R\$ 120.000 (capacitação, kits de ferramentas/sementes, assistência técnica). Recursos: Municipais, editais de fomento.
	2028- 2029: Fomentar e ampliar a agricultura urbana e periurbana em Petrolina, garantindo assistência técnica, infraestrutura, insumos e visibilidade às hortas comunitárias, hortas escolares e feiras da agricultura familiar (convencional, orgânica e	SDRU, SAS, AGE, SEDUC e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Petrolina.	Estimativa Anual: R\$ 200.000 (infraestrutura, insumos, técnicos, programas de capacitação). Recursos: Municipais, federais (MAPA, MDS), parcerias.



	agroecológica), mantendo cadastro atualizado, promovendo diagnósticos participativos e incentivando a participação de agricultores(as) nas redes locais de comercialização.		
	2028: Ampliar a feira agroecológica permanentes na zona urbana.	SDRU e SAS	Investimento Inicial: R\$ 100.000 (estruturas fixas). Custeio Anual: R\$ 30.000 (manutenção, divulgação). Recursos: Municipais.
ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA			
OBJETIVO	META	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO



	<p>Ampliar o acesso físico e econômico da população em vulnerabilidade a alimentos adequados e saudáveis.</p>	<p>2026: Criar 1 novo equipamento público de SAN (Banco de Alimentos).</p>	SAS	<p>Investimento Inicial: R\$ 500.000 (estrutura, veículos refrigerados, equipamentos). Custeio Operacional Anual: R\$ 300.000 (pessoal, logística, energia). Recursos: Federais (MDS), estaduais, municipais.</p>
		<p>2027: Criar Programa de Aquisição de Alimentos municipal.</p>	SAS	<p>Estimativa Anual: R\$ 300.000 (compra de alimentos, administração). Recursos:</p>



			Exclusivamente municipais para garantir autonomia.
	2027: Reduzir no mínimo 10% o número de famílias em insegurança alimentar grave, com base em inquéritos e cadastros sociais.	SAS e SDRU	Recursos alocados nos programas e ações que contribuem para essa redução (PAA municipal, Restaurante Popular, Bolsa Família, etc.). Necessita de monitoramento
	2027-2029: Ampliar o número de cozinhas comunitárias na zona rural.	SAS	Investimento por unidade: R\$ 250.000 (construção/reforma, equipamentos). Custeio Operacional Anual por unidade: R\$ 80.000. Recursos: Municipais, estaduais.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN)



OBJETIVO	META	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO
Promover a EAN de forma contínua, intersetorial e adaptada aos diferentes públicos.	2026: Realizar ações de EAN em até 100% das escolas municipais com foco na alimentação saudável e sustentável.	SEDUC e SESAU	Estimativa anual: R\$ 120.000 (materiais didáticos, capacitação de professores, nutricionistas, eventos). Recursos: municipais, FNDE.
	2026: Implementar capacitações de EAN em todos os CRAS e Centros de Convivência para idosos. 2026: Desenvolver e distribuir materiais educativos adaptados à realidade local (mídias digitais).	SEDUC e SESAU SAS e SESAU	Estimativa Anual: R\$ 70.000 (materiais, facilitadores, logística). Recursos: Municipais, federais (MDS). Estimativa Única: R\$ 50.000 (design, produção de conteúdo, impressão inicial, veiculação digital). Recursos: Municipais.



OBJETIVO	META	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO
SUSTENTABILIDADE, CULTURA ALIMENTAR E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE			
	2026: Incluir e instituir uma data fixa para realizar ações EAN de forma sistemática nas ações da rede de saúde, educação, desenvolvimento rural e assistência social de forma permanente.	SAS, SEDUC e SESAU	Estimativa Anual: R\$ 40.000 (coordenação intersetorial, eventos pontuais de divulgação). Recursos: Municipais.



Promover sistemas alimentares sustentáveis e valorizar a cultura alimentar regional.	2025: Identificar práticas alimentares tradicionais e alimentos da biodiversidade local;	SAS	Estimativa Única: R\$ 60.000 (pesquisas, levantamento de campo, consultorias). Recursos: Municipais, parcerias com universidades.
	2026: Apoiar 2 projetos de valorização da cultura alimentar tradicional (como receitas locais, festivais gastronômicos e/ou com uso de plantas alimentícias não convencionais - PANCs);	SAS e SEDUC	Estimativa Anual: R\$ 80.000 (financiamento direto dos projetos, logística de eventos). Recursos: Municipais, fundos culturais, parcerias.



	2028- 2029: Ampliar e reativar hortas comunitárias e/ou escolares em unidades públicas. (melhorar e destrinchar os tipos de hortas), compostagem e agroecologia. Hortas pedagógicas. Hortas medicinais na saúde para grupos de DCNT's.	SEDUC e SDRU	Estimativa Anual: R\$ 100.000 (infraestrutura, insumos, assistência técnica, capacitação). Recursos: Municipais, estaduais.
MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE SOCIAL			
OBJETIVO	META	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO



Garantir a gestão participativa, o monitoramento contínuo e a transparência na execução do PLAMsan.	2025: Implantar o sistema de monitoramento intersetorial com matriz de diagnóstico de SAN no município;	SAS, SESAU e SEDUC	Investimento Inicial: R\$ 150.000 (desenvolvimento/aquisição de software, treinamento). Custeio Anual: R\$ 30.000 (manutenção, licenças, atualizações). Recursos: Municipais, estaduais, federais.
	2026: Promover relatórios públicos e reuniões de acompanhamento a cada 6 meses;	SAS, SESAU, SEDUC e SDRU	Estimativa Anual: R\$ 20.000 (impressão de relatórios, aluguel de espaço, comunicação). Recursos: Municipais.
	2027: Realizar audiências públicas e escutas territoriais com comunidades em vulnerabilidade;	SAS, SESAU e SEDUC	Estimativa Anual: R\$ 40.000 (logística, transporte, comunicação, material de apoio). Recursos: Municipais, parcerias.



	2028: Avaliar o impacto do plano e subsidiar o próximo ciclo de planejamento com participação do COMSEA.	SAS, SESAU, SDRU e SEDUC	Estimativa Única (para o ciclo de avaliação): R\$ 80.000 (consultoria externa, levantamento de dados, workshops). Recursos: Municipais, agências de fomento.
--	--	--------------------------	--

FORMAÇÃO E PESQUISA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

OBJETIVO	META	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO
	2026: Realizar capacitações para profissionais das secretarias municipais sobre temas relacionados à SAN; (Fórum de profissionais de SAN) de Segurança Alimentar.	SAS, SESAU e SEDUC	Estimativa Anual: R\$ 60.000 (treinadores, materiais, certificação, logística do fórum). Recursos: Municipais, escolas de governo.



	2026: Firmar parcerias com pelo menos 2 instituições de ensino para desenvolvimento de pesquisas sobre insegurança alimentar em Petrolina;	SAS, SESAU e SEDUC	Estimativa Anual: R\$ 100.000 (bolsas de pesquisa, auxílio a projetos, co-financiamento). Recursos: Municipais, fundos de pesquisa.
	2027: Implantar um sistema municipal de monitoramento de dados em SAN com apoio da CAISAN e COMSEA;	SAS, SESAU e SEDUC	Investimento Inicial: R\$ 150.000 (desenvolvimento/aquisição de software, treinamento). Custo Anual: R\$ 30.000 (manutenção, licenças, atualizações). Recursos: Municipais, estaduais, federais.



	2028 - 2029: Promover 3 eventos formativos abertos ao público (seminários, fóruns ou oficinas) sobre alimentação adequada e direito humano à alimentação.		Estimativa Anual: R\$ 90.000 (locação de espaços, palestrantes, materiais, divulgação). Recursos: Municipais, parcerias.
--	---	--	--

CLIMA, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA ALIMENTAR

OBJETIVO	META	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO
Promover sistemas alimentares sustentáveis e resilientes, integrando ações de proteção ambiental, enfrentamento das mudanças climáticas e uso responsável dos	2026: Articular o Plano Municipal de SAN com o Plano de Ação Climática e as políticas municipais de meio ambiente, incorporando diretrizes de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;	SAS, SESAU, SEDUC, SDRU e AMMA	Custeio Anual: R\$ 50.000 (coordenação intersetorial, consultorias pontuais, workshops). Recursos: Municipais, fundos ambientais.



	<p>recursos naturais, como base para garantir o direito humano à alimentação adequada.</p>	<p>2026: Implementar ações integradas de reflorestamento com espécies nativas da Caatinga, proteção de nascentes e conservação de áreas de cultivo tradicional no semiárido, contemplando tanto áreas de sequeiro quanto áreas irrigadas, com valorização das práticas agroecológicas e dos</p>	<p>SAS, SESAU, SEDUC, SDRU e AMMA</p>	<p>Estimativa Anual: R\$ 250.000 (muda, insumos, mão de obra, assistência técnica). Recursos: Municipais, estaduais, federais (Ministério do Meio Ambiente), parcerias com ONGs.</p>
		<p>2027: Incentivar práticas agroecológicas, permacultura e sistemas de produção de base sustentável em zonas urbanas, periurbanas e rurais, respeitando os biomas locais e reduzindo os impactos ambientais;</p>	<p>SAS, SESAU, SEDUC, SDRU e AMMA</p>	<p>Estimativa Anual: R\$ 150.000 (capacitação, subsídios para implantação, assistência técnica especializada). Recursos: Municipais, fundos ambientais.</p>



	2028: Promover programas de educação ambiental e alimentar voltados à sustentabilidade dos sistemas alimentares e ao consumo consciente da população.	SAS, SESAU, SEDUC, SDRU e AMMA	Estimativa Anual: R\$ 70.000 (materiais educativos, campanhas de mídia, eventos). Recursos: Municipais, parcerias.
--	---	--------------------------------	--

FORTALECER A RESILIÊNCIA DAS POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS AOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

OBJETIVO	META	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO
Fortalecer a resiliência das populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas	2025: Realizar diagnóstico participativo dos riscos climáticos no território de Petrolina e seus efeitos sobre a segurança alimentar, com foco em populações em situação de maior vulnerabilidade;	AMMA e SDRU	Estimativa Única: R\$ 100.000 (pesquisadores, levantamento de campo, análise de dados). Recursos: Municipais, agências de pesquisa.



	2026: Desenvolver sistemas de alerta precoce e planos de contingência para eventos climáticos extremos (secas severas, enchentes, ondas de calor), com ações específicas para salvaguardar a produção agrícola e o acesso a alimentos saudáveis:	SDRU e AMMA	Investimento Inicial: R\$ 200.000 (sistemas de monitoramento, software). Custeio Anual: R\$ 80.000 (manutenção, pessoal, comunicação de alertas). Recursos: Municipais, defesa civil, fundos ambientais.
	2027: Estimular a cadeia produtiva de alimentos de baixo impacto ambiental, com incentivo a produtos de origem agroecológica e de baixa emissão de gases de efeito estufa (carbono);	SDRU e AMMA	Estimativa Anual: R\$ 150.000 (subsídios, selos de certificação, apoio à comercialização). Recursos: Municipais, fundos verdes, editais.



	2028-2029: Instituir um programa municipal de apoio técnico e financeiro a iniciativas comunitárias de adaptação climática relacionadas à segurança alimentar e nutricional.	SDRU e AMMA	Estimativa Anual: R\$ 200.000 (chamadas públicas para projetos comunitários, assistência técnica contínua). Recursos: Municipais, fundos ambientais.
--	--	-------------	--

ACESSO À ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

OBJETIVO	META	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO
Acesso à água para consumo humano e produção de alimentos	2025: Realizar diagnóstico participativo sobre acesso à água nas áreas urbanas periféricas, comunidades rurais e tradicionais do município, com foco no consumo humano e na produção de alimentos.	AMMA e SDRU	Estimativa Única: R\$ 80.000 (pesquisas, levantamento de campo, análise de dados, consultoria). Recursos: Municipais, agências de pesquisa.



2026: Instalar ou recuperar pelo menos 10 sistemas simplificados de abastecimento de água (cisternas, poços, barreiros, dessalinizadores) em comunidades com déficit de acesso.	SDRU		Investimento Anual: R\$ 500.000 (custo médio de R\$ 50.000 por sistema, dependendo do tipo e complexidade). Recursos: Federais (CODEVASF,), estaduais, municipais.
2027: Garantir acesso à água potável de 100% das escolas públicas municipais e implantar tecnologias sociais de captação de água da chuva em até 30 unidades escolares ou de saúde.	AMMA e SEDUC		Investimento Anual: R\$ 300.000 (instalação de sistemas de captação e purificação, reparos, manutenção). Recursos: Federais, estaduais e municipais.
2028: Implantar programa municipal de reuso de águas cinzas para hortas comunitárias e escolares em áreas de vulnerabilidade urbana.	AMMA e SDRU		Estimativa Anual: R\$ 120.000 (projetos piloto, instalação de sistemas, capacitação). Recursos: Municipais, fundos ambientais.



FONTE: Elaboração própria, com base no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMsan) de Petrolina e nas metas e propostas da V Conferência Municipal de SAN.

Observação sobre o Orçamento: Os valores descritos nesta coluna representam projeções estimativas para a implementação das metas e ações do PLAMsan. A concretização e a disponibilidade desses recursos estão condicionadas à aprovação do orçamento municipal anual, à captação de financiamentos externos (federais e estaduais), à alocação de emendas parlamentares e à formalização de parcerias com outras instituições e a sociedade civil. Tais projeções servem como um balizador para o planejamento estratégico, mas não configuram garantia de repasse ou execução, necessitando de um detalhamento financeiro aprofundado e de uma estratégia de captação de recursos a serem desenvolvidos e monitorados continuamente pela gestão municipal.



1. DESAFIOS

Assim como em outros municípios que vêm avançando na construção de políticas públicas integradas, um dos principais desafios enfrentados no processo de elaboração do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Petrolina (PLAMsan Petrolina) foi o resgate histórico das ações existentes e a construção de um diagnóstico fidedigno. Esse diagnóstico buscou refletir de forma realista a situação local, legitimando os diversos atores envolvidos e consolidando as ações desenvolvidas no campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município.

Entre os principais desafios identificados, destaca-se a necessidade de fortalecer a articulação intersetorial entre secretarias, especialmente para garantir a transversalidade das ações de SAN em áreas como saúde, educação, assistência social, agricultura, meio ambiente e desenvolvimento econômico. Superar a fragmentação entre políticas públicas é essencial para promover respostas integradas e sustentáveis ao enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional. Outro aspecto fundamental está relacionado ao fomento à participação social, por meio do envolvimento ativo da sociedade civil organizada na construção e implementação do plano. A elaboração do PLAMsan representa uma oportunidade de fortalecer os espaços de controle social e consolidar a participação popular como pilar na efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Ressalta-se, ainda, que os objetivos e ações estratégicas apresentados neste plano demandam revisões periódicas e adaptações contínuas, de forma a garantir sua aderência às transformações socioeconômicas, climáticas e territoriais que afetam a realidade local. O monitoramento do I PLAMsan Petrolina será realizado de forma trimestral, por meio de um Comitê Técnico de Monitoramento e Avaliação, que será responsável por acompanhar a execução das ações pactuadas entre os diversos setores. Caberá às secretarias envolvidas manter a comunicação regular com o comitê e apresentar os resultados das ações em andamento.



Por fim, o COMSEA Petrolina, em conformidade com suas atribuições legais e regimentais, terá papel central na mobilização da sociedade para o acompanhamento do plano, garantindo a transparência, o controle social e a legitimidade do processo de implantação da política de Segurança Alimentar e Nutricional no município.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domiciliros-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em: 13 set. 2024.

ALMEIDA, Pedro. Política de segurança alimentar e nutricional: avanços e desafios. São Paulo: Editora Universitária, 2014.

ALPINO, Taís de Moura; MAZOTO, Maíra Lopes; BARROS, Denise Carvalho de; FREITAS, Carlos Machado de. Os impactos das mudanças climáticas na segurança alimentar e nutricional: uma revisão da literatura. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 1, p. 273-286, 2022.

BRASIL. Censo Demográfico 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.



BRASIL. Senado Federal. Convenção sobre diversidade biológica e legislação correlata. Brasília, DF, v. 10, 2008. 87 p.

BRASIL. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

COSTA, Ana Paula. Segurança alimentar municipal: teoria e prática. São Paulo: Editora Nutrição, 2021.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Global health estimates: life expectancy and leading causes of death and disability. Genebra: OMS, 2022.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015.

PATTON, Michael Q. Utilization-focused evaluation. Thousand Oaks: Sage Publications, 2008.

RODRIGUES, Fernanda. Gestão municipal e segurança alimentar: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Cidadania, 2020.

BALLARD, T. J.; KEPPEL, A. W.; CAFIERO, C. The food insecurity experience scale: developing a global standard for monitoring hunger worldwide. Technical Paper. Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá providências. Brasília – DF: 1990a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria MS/GM nº 080-P, de 16 de outubro de 1990. Constitui o Comitê Assessor do SISVAN para oferecer apoio técnico-operacional à implementação do SISVAN. Brasília – DF: 1990b.



BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM/MS nº 710, de 10 de junho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Brasília – DF: 1999.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN). Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Vigilância alimentar e nutricional (Sisvan): orientações básicas para a coleta, processamento, análise de dados e informação em serviços de saúde. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília – DF: 2004. Publicação da CGPAN do Ministério da Saúde e Opas, contando com a parceria da Fiocruz e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006a. [internet]. Disponível em: [e-nutricional](#). Acesso em 06 de jul 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília – DF: 2006, Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006c Diário Oficial da União. 25 jul 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em 10 ago 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola (PSE), e dá outras providências. Brasília – DF: 2007.



BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2009a. Diário Oficial da União 2009; 17 jul.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. 2009b. Diário Oficial da União 2009; 17 jun.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília – DF: 2010a.

BRASIL. Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. 2010b. Diário Oficial da União. 26 ago 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em 10 ago 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011. Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília – DF: 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). 1ª edição. 1 reimpr. Brasília – DF: 2013a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.920, de 05 de setembro de 2013. Institui a Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde (SUS) – Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil. Brasília – DF: 2013b.



BRASIL. Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica. 2014.

BRASIL. Medida Provisória no 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União 2019; 1º jan.

BRASIL. Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm>. Acesso em : 10 ago 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. CECAD 2.0 – Consulta, seleção e extração de informações do CadÚnico [Internet]. Brasília (DF): Ministério da Cidadania, 2022a. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>>. Acesso em 11 ago 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan). Relatórios. Brasília – DF: 2022b. Disponível em <<http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriogestao/index>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Brasília – DF: 2022c. Disponível em <<https://cnes.datasus.gov.br/>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada. Programa Saúde na Escola. Brasília – DF: 2022d. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/194-secretarias-112877938/secad-ed-ucacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília – DF: 2022e. Disponível em <<https://aps.saude.gov.br/ape/pics>>.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Programa de Aquisição de Alimentos. Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA). 2022f. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sispaa/publico/jsp/divulgarresultados/divulgarResultados.jsp>>. Acesso em 11 ago 2022.

BURITY, V. et al. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, 2010.



CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). Resolução cfn nº 600, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Brasília - DF: 2018. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm>. Acesso em: 10 ago 2022.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira Editora. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Brasília: IPEA, 77 p., 2015.

COUTINHO, J.G.; et al. A organização da Vigilância Alimentar e Nutricional no Sistema Único de Saúde: histórico e desafios atuais. Rev Bras Epidemiol, v. 12, n. 4, p. 688-99, 2009.

IBGE, Cadastro Central de Empresas 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022 IBGE Cidades: Joinville. 2022a Disponível em: <

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>>. Acesso em 08 ago 2022.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. 2022b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/pesquisa/38/47001?tipo=grafico&indicador=47001>>. Acesso em: 11 ago 2022.

IBGE / SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA): Censo demográfico - Tabela 238. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/238#notas-tabela>>. Acesso em 12 ago 2022.

INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), 2019. Disponível em: <<https://novo.qedu.org.br/municipio/4209102-joinville/ideb>>. Acesso em 23 jun 2022.

